

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Encontro Nacional Autárquico



centrais



**Mota
Amaral
em Timor-
Leste com
Delegação
do
Parlamento**

Pag.21



**Euro-2004
Ministro
Adjunto
e Ministra
do Interior
britânica
assinam
Protocolo**

Pag.8

Intervenção sobre Alterações Climáticas

Deputada Maria Ofélia Moleiro

Assembleia da República, 25 de Fevereiro de 2004



(...)
...é absolutamente necessário enveredarmos pela via das **energias renováveis**, da **utilização de biocombustíveis** e da **melhoria da eficiência energética**, através do uso de tecnologias mais eficientes, em particular no sector de transportes. Condição a esta opção a competitividade da indústria portuguesa.

Em Outubro, já nos anunciava uma portaria para controlo do uso do coque de petróleo pela indústria, que como se sabe, produz efeitos nocivos na atmosfera.

E ainda anunciava outra medida: a agilização dos procedimentos relativos ao licenciamento de parques eólicos, desbloqueando investimentos no valor de mais de 100 milhões de euros.

O resultado hoje está à vista.

A agilização dos processos já teve consequências:

Aprovaram-se mais Parques eólicos, desde então, do que nos últimos 5 anos.

É assim que o Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC incorpora esta filosofia ambiental, nas medidas adicionais que se encontram agora em consulta pública.

(...)
A Directiva que cria um sistema de comércio europeu de licenças de emissão, permite utilizar pela primeira vez, um mecanismo de mercado para combater um problema ambiental.

Portugal deve orgulhar-se de estar no grupo dos países mais avançados do mundo que é o da UE.

(...)
O ambiente e, em particular o dossier sobre alterações climáticas, está na agenda política portuguesa, ao mais alto nível. Ainda recentemente, era uma das principais preocupações e prioridades referidas no discurso do Primeiro Ministro, no Porto.

O ambiente é um **designio planetário**, logo, é um **designio de Portugal**.

Não deve ser pois bandeira política dos partidos que estão na oposição.

Preservar o ambiente, melhorar a qualidade do ar, evitar as catástrofes decorrentes das alterações climáticas é uma missão nacional.

(...)

O PSD propõe

Requerimento ao Ministério da Economia
Sobre a hidrocentel em Seia – Extinção
Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério da Economia
Sobre a situação da empresa Gartêxtil mo concelho da Guarda
Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério das cidades, ordenamento do território e ambiente
Sobre o PRAUD do Distrito da Guarda
Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes.

Requerimento ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho
Sobre o encerramento da sociedade de porcelanas de Coimbra, SA
Dep(s) Manuel Dias Loureiro e outros

Requerimento ao Ministério da Economia e ao Ministério das Cidades e Ordenamento do Território e Ambiente
Sobre a poluição em Lameira de Santa Eufémea – Luso
Dep. Gonçalo Breda Marques

Requerimento ao Ministério das Finanças
Sobre a alteração ao estatuto da aposentação inacumulabilidade de pensões.
Dep(s) Isménia Franco e outros

Agendamento

Quarta-Feira, dia 25 de Fevereiro de 2004-15:00h

Debate de urgência, **requerido pelo Grupo Parlamentar do PEV, sobre "Alterações Climáticas"**

Proposta de Lei n.º 108/IX (GOV)

(Harmonização de certos aspectos do Direito de Autor e dos direitos conexos na sociedade de informação, altera o Código do Direito de Autor e dos direitos conexos e a Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro)

Projecto de Lei n.º 414/IX (BE)

(Procede à adaptação do código do Direito de Autor e dos direitos conexos às novas realidades criadas pela sociedade de informação)

Quinta-Feira, dia 26 de Fevereiro de 2004-15:00h

Agendamento potestativo do PS.

Projecto de Resolução n.º 211/IX (PS)

(Sobre a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento)

Quarta-Feira, dia 3 de Março de 2004-15:00h

Agendamento potestativo do PCP.

Projecto de Lei n.º 1/IX (PCP)

Projecto de Lei n.º 89/IX (BE)

Projecto de Lei n.º 405/IX (PS)

Projecto de Lei n.º 409/IX (PEV)

Projecto de Resolução n.º 225/IX (PSD-CDS/PP)

(Interrupção Voluntária da Gravidez)

Petição do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez

Projecto de Resolução n.º 203/IX (PS)

Projecto de Resolução n.º 227/IX (BE)

(Propõe a realização de um referendo sobre a discriminação da interrupção voluntária da gravidez realizada nas primeiras dez semanas)

Quinta-Feira, dia 4 de Março de 2004-15:00h

Eleição do Conselho de Fiscalização do S. I. S.

Eleição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Proposta de Lei n.º 109/IX (GOV)

(Código do Trabalho)

Proposta de Lei n.º 111/IX (GOV)

(Acções inibitórias em matéria de protecção dos interesses dos consumidores)

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 5 de Março de 2004-10:00h

Projecto de Lei n.º 229/IX (CDS-PP)

(Tipifica o crime da mutilação genital feminina)

Petição n.º 27/VIII/1* (Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto)

(Solicitam a revogação imediata da lei n.º 4/99, de 27 de Janeiro)

Outras petições a indicar.



Intervenção sobre a saúde em Portugal

Deputada Ana Manso

Assembleia da República, 18 de Fevereiro de 2004



dos recursos. É o da organização, do modelo e da cultura do sistema.

E sobre isso, há hoje um suficiente distanciamento temporal e um acervo de informação que nos permitem concluir que o **novo modelo de gestão** introduziu eficácia e eficiência.

Os Hospitais SA (cerca de metade dos Hospitais) gastaram menos vinte por cento do orçamento previsto e produziram mais 9,4% de consultas – 269 809 - e mais 19,1% cirurgias – 32 305. Ou seja, proporcionam mais saúde, com mais transparência e maior eficiência.

Ficou provado. Gastar mais não significa necessariamente melhor serviço.

E a eficácia dos meios nem sempre depende dos recursos financeiros mobilizados.

A lógica de racionalização do Estado interveio noutro pilar essencial da política de saúde – **a política do medicamento**, através da promoção do consumo dos genéricos e dos preços de referência.

(...)

Para o cidadão a política do medicamento significou que pagou menos 28 milhões de Euros e o Estado gastou menos 71 milhões de Euros do que era previsível.

Tão simples como isso.

Houve ambição, capacidade reformista e boa interpretação do interesse público no impulso dado às mudanças na gestão hospitalar e na política do medicamento, o que, só por si, seriam suficientes para exaltar os méritos políticos deste Governo.

(...)

O Governo foi mais longe.

O estrangulamento do Sistema Nacional de Saúde produziu fenómenos de grave repercussão social.

O sistema tinha gerado uma **lista de espera** para cirurgias e consultas que constituía, só por si, um insulto à nossa sensibilidade.

O Programa de Combate às Listas de Espera – PECLEC - tem, já hoje, uma apreciação claramente positiva. Deu esperança a milhares de portugueses que, doentes, se arrastavam anos a fio na expectativa de uma cirurgia, que desesperavam pelo acesso aos cuidados de saúde em tempo útil, capaz de lhes devolver alguma qualidade de vida.

A preocupação política neste domínio não se limita à diminuição da lista de espera de doentes, mas igualmente à **diminuição do tempo de espera para o clinicamente aceitável**.

(...)

Falar de saúde não se esgota no ângulo da doença. A saúde dos portugueses não se afere apenas pelo nível da doença, mas pela **dimensão do bem-estar e da qualidade de vida**. E o sucesso do combate à doença não pode fundar-se, apenas, na capacidade estrutural do sistema.

O desenvolvimento do Plano Nacional de Saúde, devolve ao Sistema de Saúde uma dimensão preventiva, deslocando, e bem, o eixo das preocupações do estado de doença para o estado de saúde.

Esta opção representa um salto qualitativo importante para o aumento do índice de bem-estar e de saúde dos portugueses, prosseguindo

o caminho sem retorno que nos dirige aos padrões de modernidade.

As áreas de intervenção do Plano denotam precisamente essa preocupação, procurando intervir nas manifestações vulgarmente identificadas como **doenças de civilização** e orientando os portugueses para uma prática de vida saudável e geradora de melhor qualidade de vida.

(...)

O ano de 2004 não podia começar da melhor maneira para a área da Saúde com a apresentação do Plano Nacional de Saúde para 2004 a 2010.

Desde logo porque é o corolário lógico da verdadeira reforma da Saúde.

Depois porque é um verdadeiro guarda-chuva das medidas de fundo que marcaram a agenda do sector da saúde no ano de 2003.

E ainda, porque realça o sucesso dessas medidas e confirma os seus resultados.

Esta atitude significa uma profunda revolução no sistema recolocando-o na sua verdadeira essência – a saúde dos cidadãos.

(...)

Tanta coisa – e tanta coisa certa – em tão pouco tempo de Governo só pode ter um **significado e uma conclusão**.

Significa que a Maioria e o Governo são portadores de soluções de **esperança** para os portugueses.

E não pode deixar de se concluir que a política de saúde vai no **caminho certo e com as opções ajustadas** às necessidades dos cidadãos.

(...)

(...)
Estamos perante mais um debate político sobre a saúde em Portugal. Creio não haver memória de uma outra área social ou política sectorial que tenha merecido maior atenção por parte do Parlamento, o que só por si é indiciador da relevância desta matéria.

(...)

As orientações estratégicas da política de saúde da actual Maioria, traduzida nas opções do Governo, têm um traço marcante da cultura humanista e de preocupações sociais.

Essa cultura é bem visível na preocupação de colocar o **doente no centro do sistema**, percebendo que o sentido último da função social do Estado é o serviço do cidadão.

(...)

Portugal é dos países da União Europeia que mais investe, em percentagem do PIB, no Serviço Nacional de Saúde.

Mas todos sabemos que o problema essencial da Saúde não é o

Prescrição médica de “cannabis” para cuidados paliativos nos casos de doença crónica grave e doença terminal

Deputado Miguel Coleta

Assembleia da República, 13 de Fevereiro 2004-02-19



para a introdução do uso médico da “cannabis” e seus princípios activos, para cuidados paliativos nos casos de doença crónica grave e doença terminal.

Como facilmente se percebe a **discussão de hoje deveria ser moldada pelo conhecimento científico sobre o uso clínico destas substâncias ou produtos**, suas vantagens ou desvantagens relativamente às terapêuticas existentes e sobre os riscos eventuais que esta prática pode implicar.

Como facilmente se percebe esta

não é matéria onde nós políticos possamos dar grande contributo, aliás, se de cada vez que surgem hipóteses de introduzir um tratamento para uma determinada doença, esta Assembleia corresse a fazer uma lei...

(...)

O enquadramento legal Português não proíbe a utilização de estupefacientes, incluindo a cannabis, para usos terapêuticos ou científicos. Apenas condiciona a sua utilização à satisfação de um conjunto de requisitos e à fundamentação médica caso a caso.

(...)

Todas as **indicações terapêuticas que se pretenda requerer para qualquer produto ou substância deverão ser sempre alvo de uma adequada avaliação** prévia que documente, com base em princípios e normas cientificamente actualizadas, a **qualidade e segurança do produto ou substância** em causa e permitam verificar a eficácia da sua utilização nas situações clínicas a que se destinam...

(...)

O BE apresenta-nos uma proposta

Intervenção sobre as Alterações Climáticas

Deputada Paula Malojo

Assembleia da República, 25 de Fevereiro de 2004



(...)

...das Medidas Adicionais propostas ao **Programa Nacional para as Alterações Climáticas** (actualmente em fase de discussão pública), no capítulo Oferta de Energia, a n.º 4

estabelece a **“Promoção da electricidade produzida a partir de fontes renováveis de energia, tendo em conta as metas fixadas, em termos de capacidade instalada em 2010, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2003”**, medida cujas acções devem traduzir o apoio ao desenvolvimento de novos projectos tendo em vista a maximização da geração de energia eléctrica a partir de fontes renováveis de energia, especialmente as de origem hídrica, eólica e fotovoltaica.

Estima-se que a contribuição desta medida, para a redução total em 2010 se fixe entre os 13 a 5 por cento – valoração elevada e necessária.

Este facto é revelador do esforço que está a ser feito nesta matéria.

A nível da Europa, no passado dia 21 de Janeiro, durante a conferência realizada em Berlim sobre **“Energias Renováveis – Opções para Políticas Inteligentes”**, foi lançado o Programa da Comissão Europeia **“Intelligent Energy for Europe”** que vai

disponibilizar apoio financeiro às iniciativas locais, regionais e nacionais no âmbito das energias renováveis e melhoria da eficiência energética.

(...)

O **desenvolvimento das fontes de energia renováveis** é, de facto, uma **prioridade para a União Europeia**, sendo o principal objectivo que elas satisfaçam uma quota de 12% das suas necessidades energéticas e 22% das necessidades de electricidade até 2010.

Isto implica o sério esforço de duplicar a percentagem de energias renováveis no consumo global de energia até ao fim da década.

Em Portugal esse esforço sério está também a ser levado a cabo por este governo e o recurso a energias renováveis adquire crescente importância.

(...)

Observatório

Centros de decisão nacionais (II)

A nova realidade económica decorrente da criação do EURO, consiste na organização, gradual mas inexorável, de um mercado doméstico de mais de 300 milhões de consumidores.

Tavares Moreira,
Diário Económico, 17/02/04

Por um Portugal mais positivo

No Portugal positivo queremos vencer todos de que, para além de haver pessoas excelentes, verdadeiros exemplos de sucesso estes devem fazer parte da nossa cultura e do nosso orgulho.

Graça Proença de Carvalho,
Diário Económico, 18/02/04

Bailando em “Bloco”

Temos excelentes bailarinos (a crítica internacional já o reconheceu), e só com soluções responsáveis e consistentes os podemos honrar. Na dança do BE não vale a pene entrar!...

Gonçalo Capitão,
A Capital, 18/02/04

Vitorino e os jogos de espelhos

Bem vistas as coisas, a esquerda, em Portugal, é que está a comportar-se como se fosse ela a extrema direita.

Vasco Graça Moura,
Diário de Notícias, 18/02/04

O acordar das elites

Onde estão os novos dirigentes sindicais, patronais e das principais ordens profissionais. A título de exemplo, alguém se lembra dos antecessores de Carvalho da Silva ou Rocha de Matos?

Luís Filipe Menezes,
Correio da Manhã, 19/02/04

Uma Honra e um desafio

Nenhum outro Governo, nos trinta anos que levamos de democracia, fez em tão curto espaço de tempo um conjunto de arrojadas reformas como o Governo da actual maioria.

Guilherme Silva,
A Capital, 20/02/04

As glândulas salivares

A esquerda prefere sistematicamente o falhanço do país ao êxito do país. O interesse nacional causa-lhe náuseas e diarreia.

Vasco Graça Moura,
Diário de Notícias, 25/02/04

Tiques da ditadura

Quando fui candidato a Lisboa, a mãe de um candidato, que muito respeito, disse que estava muito preocupada porque, se eu ganhasse as eleições em Lisboa, poderia voltar o fascismo e o 25 de Abril estar em causa.

Pedro Santana Lopes,
26/02/04

Na fila para a distribuição da inteligência

Resta-me invejar o facto de terem chegado primeiro à fila da distribuição da inteligência, já que, pelo desprezo com que tratam a gente acarinhada em massa pelo seu povo, parecem crer que a açambarcaram todinha.

Gonçalo a Capitão,
A Capital, 25/02/04

Pôr-se a jeito

Todos os políticos que cedem à tentação de construir uma imagem a partir de factos da sua vida privada e íntima depois têm muita dificuldade em controlar o grau de exposição pública a que acabam por ficar sujeitos.

Pacheco Pereira,
26/02/04

Uma vitória de Portugal

Do maior partido da oposição, a única força política que é alternativa de poder em Portugal, exige-se não apenas o acto de contrição pelas suas responsabilidades recentes, mas, acima de tudo, a capacidade de se regozijar por aquilo que é, antes de mais, uma vitória de Portugal.

Guilherme Silva,
A Capital, 27/02/04



Intervenção sobre a reforma do sistema prisional

Deputada Maria Teresa Morais
 Assembleia da República, 25-02-2004



(...)
 Em 1902, publicava-se, sob anonimato, uma reportagem jornalística feita no Limoeiro. A peça concluiu assim: *“O cárcere não deve ser de forma alguma um inferno. A sociedade não se vingá: castiga e, melhor, procura regenerar. É esse o papel da justiça: aproveitar os seres ainda capazes de se guiarem na vida (...) os que caíram num momento de fraqueza, melhorá-los, guiá-los, e dum criminoso banal arrancar um homem, iluminando-lhe a consciência. Ora, no Limoeiro, na ociosidade e na infâmia, chega-se exactamente ao contrário. Contra isso protestamos: é desumano!”*

Não pode, naturalmente, afirmar-se que durante um século não se avançou sobre o estado de coisas descrito nesta peça, mas deve reconhecer-se, **para nosso mal**, que há neste texto objectivos que, cem anos depois, estão por cumprir:

a) Não fazer do cárcere um inferno, mas um lugar em que alguém que tem de ser privado da liberdade não deve, por isso, ser privado de todos os seus direitos, a não ser na estrita medida em que eles devam ser restringidos para o fim do cumprimento da pena a que foi condenado.

b) Não fazer da prisão uma vingança, eu acrescentaria não fazer dela também um **tempo inútil**, mas um momento em que o cumprimento de uma pena é também uma oportunidade para **ocupar produtivamente, ensinar, formar e encaminhar**.

Os documentos que, em boa hora, nos são apresentados pelo Governo dão, portanto, resposta a uma necessidade premente.

Cumprimentamos o Governo pela iniciativa e a Senhora Ministra pelo seu empenho nesta reforma. Cumprimentamos a *Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional* pelo seu excelente trabalho [que expressamente estabelece como objectivo principal desta reforma **a consecução em Portugal de um sistema prisional humano, justo e seguro orientado para a reinserção social dos reclusos.**]

Trata-se de uma reforma inadiável. Consegui-la é um imperativo de civilização: o grau de desenvolvimento de um país também se afere **e de sobremaneira se avalia** pelo estado das suas prisões.

O relatório apresentado pela Comissão é um documento fundamentado, consistente e revelador de um trabalho zeloso de quem sabia que tinha à sua espera um país que há muito diagnosticou, de forma muitas vezes assistemática, males diversos ao seu sistema prisional, **mas não foi, até hoje, capaz de remediar os piores desses males**.

A primeira dedução do relatório, é a de que o direito penitenciário português ao longo do século XX e

especialmente os diplomas que marcaram as principais reformas, foram sempre espelho de **“ideias progressistas além de revelarem uma boa técnica legislativa”**. Daqui se conclui também que o *“problema do nosso sistema prisional nunca foi um problema de má legislação, ou falta dela, mas um problema de falta de visão global da estratégia adequada à execução das leis”*. A saber, falta de vontade política, de organização, de gestão, de meios e de empenhamento da sociedade no seu conjunto”.

Faz-se depois uma caracterização completa do sistema prisional português onde se documentam, designadamente, os seguintes dados:

a) Sobrelotação - A taxa de ocupação média é de **120%**, sendo certo que este número sobe ao nível dos estabelecimentos prisionais regionais, em alguns casos acima dos 200% - citem-se como exemplos **Montijo, Setúbal, Castelo Branco, Horta, Elvas, Guimarães, Leiria, São Pedro do Sul, Viana do Castelo** e muitos outros;

b) Taxa de Reclusão elevada - Número de reclusos por 100.000 habitantes: **132**;

c) Número de reclusos em prisão preventiva: **30,6%**.

d) População reclusa estrangeira - **15,2%**

[São sem dúvida números que nos dão que pensar, mas são também, **no caso específico da prisão preventiva, números que desdramatizam o discurso radical de alguns. Há muitos países europeus que ultrapassam e alguns, largamente, a percentagem média europeia de 30% de presos preventivos a saber o Luxemburgo, a Holanda, a Bélgica, Itália e a França. A comparação não nos tranquiliza mas traz, claramente, maior serenidade a esta discussão. Na prisão preventiva em Portugal é mais preocupante a sua excessiva duração**

do que a percentagem de reclusos nesta situação]

Dramática é **verdadeiramente** a sobrelotação que **sendo um mal em si própria é fonte e elemento potenciador de muitos outros males**: a falta de higiene, a difícil prevenção de doenças e seu tratamento, a absoluta falta de privacidade, a dificuldade de organização racional de programas de trabalho e da implementação de medidas urgentes que exijam qualquer deslocação de reclusos.

Referimo-nos concretamente, neste último ponto, à realização de obras de melhoramento de condições sanitárias e de higiene, que a sobrelotação evidentemente dificulta, mas que, ainda assim e mesmo por recurso a medidas excepcionais e provisórias **não poderão mais ser adiadas**. Conta-se entre estas medidas a **eliminação progressiva de camaratas de grande lotação** e a sua substituição por celas que permitam uma maior privacidade dos reclusos que hoje improvisam cortinas com toalhas velhas ou folhas de jornal para criarem um espaço obviamente **ficção** de privacidade.

Mas, acima de todas as demais prioridades está a **erradicação urgente da utilização do balde higiénico nas prisões portuguesas**.

Neste sentido o Grupo Parlamentar do PSD entregou já no Parlamento uma iniciativa em que recomenda ao Governo que dê **absoluta prioridade à erradicação desta prática vexatória** e medie e embora o relatório que aqui hoje se apresenta preveja essa medida para o quadriénio de 2005 a 2009, se imponha um calendário mais exigente e elimine o balde higiénico do nosso sistema prisional até ao final de 2005!

É bom que os portugueses saibam que continuam a não existir instalações sanitárias em várias alas ou pavilhões

de Estabelecimentos Prisionais Centrais como Alcoentre, Coimbra, Leiria, Linhó, Pinheiro da Cruz, e Paços de Ferreira, bem como nos Regionais de Angra do Heroísmo, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Felgueiras, Leiria, Montijo, Portimão, São Pedro do Sul, Lamego, Monção, Silves e na cadeia de apoio da Horta. **Vale de Judeus não tem uma só cela com instalações sanitárias**.

Mais de 2200 reclusos vivem diariamente esta humilhação que, mais do que a eles, **deve envergonhar um país que, passados 30 anos sobre a criação da sua democracia, não conseguiu ainda garantir-lhes o cumprimento do seu direito à dignidade**.

Das recomendações que consideramos mais relevantes do relatório em análise, **muitas delas incorporadas no anteprojecto de proposta de lei-quadro**, salientamos:

- Transformação da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade em pena principal

- A possibilidade de opção pelo juiz penal, pela aplicação aos jovens adultos de medidas previstas na Lei Tutelar Educativa (sempre que razões de prevenção geral ou especial a isso não obstem).

- Integração de reclusos no sistema nacional de saúde;

- Incremento dos programas de trabalho e formação profissional em meio prisional e alargamento da escolaridade [e acrescentaria, **porque não obrigatória** para certos tipos de reclusos?];

- Alargamento da rede de casas de saída;

- Integração das matérias de Direito da Execução das Penas e Direito de Reinserção Social na formação dos juizes;

- [Elaboração de uma carta deontológica do funcionário prisional];

- Efectiva aplicação do plano individual de readaptação social (PIR) fundamental para o acompanhamento e perspectivação do tempo de prisão;

- Intensificação da intervenção do Instituto de Reinserção Social e clarificação dos seus modelos de actuação e de coordenação com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

O debate está lançado e deve ser consequente.

Cabe-nos a inalienável responsabilidade de conseguir um sistema prisional moderno e digno, respeitador dos Direitos Humanos que, inspirando aos cidadãos a confiança que devem ter no Estado, enquanto garante da sua segurança individual e colectiva, dê aos **também cidadãos** reclusos as condições para o cumprimento da sua pena com dignidade.

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião do passado dia 18, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 13 diplomas, dos quais cinco Decretos-Lei, quatro Projectos-Lei e quatro resoluções.

Destes diplomas, dois fazem uma transposição para a nossa legislação de directrizes europeias, e cinco referem-se, directa ou indirectamente, ao desporto e ao próximo torneio Euro-2004

Um Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/63/CE da Comissão, de 25 de Junho de 2003, que altera a Directiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano, e altera o Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que regula a **autorização de introdução no mercado, o fabrico, a comercialização e a comparticipação dos medicamentos de uso humano**.

O Decreto-Lei hoje aprovado vem estabelecer normas pormenorizadas quanto à instrução dos pedidos de autorização de introdução no mercado de medicamentos, conferindo-lhe um formato comum a todo o espaço ICH (International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for registration of Pharmaceuticals for Human Use) que integra os países da União Europeia, Estados Unidos da América e Japão. Este formato é agora designado Documento Técnico Comum (DTC). Paralelamente, o Governo decidiu introduzir no actual Estatuto do Medicamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/91, alterações consideradas necessárias para melhor adequar o regime jurídico nacional às exigências postas pelas directivas comunitárias aplicáveis, corrigindo, também, certas incorrecções formais e nominais até hoje subsistentes no mesmo diploma.

Ensaio clínico com medicamentos de uso humano

Esta Proposta de Lei aprova o regime jurídico aplicável à realização de ensaios clínicos com medicamentos de uso humano.

O presente diploma transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Abril de 2001, inserida no quadro de desenvolvimento de políticas comuns em matéria de saúde pública, ao mesmo tempo que visa o aprofundamento do mercado interno.

Lei-Quadro dos Museus Portugueses

O Conselho elaborou uma Proposta de Lei que aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Esta Proposta de Lei visa assegurar o enquadramento jurídico da realidade museológica portuguesa, define o conceito de museu, estabelece os procedimentos a cumprir na criação de novos museus, identifica as funções museológicas e regula um conjunto de responsabilidades associadas ao seu cumprimento. Por outro lado, determina a necessidade de existência de pessoal qualificado, bem como de recursos financeiros adequados à sustentabilidade do museu, estabelece o modelo de credenciação de museus, prevê formas descentralizadas de apoio técnico, institucionaliza a Rede Portuguesa de Museus e cria um órgão consultivo, o Conselho de Museus, na dependência directa do Ministro da Cultura.

Protecção às vítimas de crimes violentos

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 423/91, de 30 de Outubro, que estabelece o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos.

A alteração ao artigo 508.º do Código Civil obriga a reponderar a lógica da remissão que é feita em legislação avulsa para os limites máximos de indemnização que constavam daquele artigo.

Teve-se em conta o facto de o Decreto-Lei n.º 423/91 instituir um mecanismo de reparação de danos que deve ser compreendido como uma espécie de “seguro social” e não como uma transferência da obrigação de indemnizar.

Foi também considerada a Proposta de Directiva do Conselho relativa à indemnização das vítimas da criminalidade, apresentada pela Comissão Europeia em 16 de Outubro de 2002 e actualmente em discussão (COM (2002) 562, de 16 de Outubro de 2002), que deixa aos Estados-membros a faculdade de limitarem a indemnização a atribuir às vítimas de crimes.

Os resultados concretos que advirão do desenrolar de negociações ao nível comunitário tornam desaconselhável que se inicie neste momento uma alteração de monta ao nível do regime da indemnização das vítimas da criminalidade. Por este motivo, opta-se pela conservação do conteúdo material das normas que vigoram actualmente neste domínio, operando-se uma alteração somente formal da redacção do artigo 2.º do diploma. Os

limites máximos de indemnização passam, por isso, a ser impostos directamente pelo preceito, e não por remissão, como sucedia anteriormente.

Seguro de responsabilidade civil de automóveis

Aprovado um Decreto-Lei que altera os artigos 508.º e 510.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966.

A exigência de revisão do artigo 508.º decorre da necessidade de tornar este preceito compatível com o disposto no n.º 2 do artigo 1.º da Directiva 84/5/CEE do Conselho, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis (Segunda Directiva).

Este último fixa um limite mínimo para o seguro obrigatório, que foi objecto de transposição para o direito interno pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 522/85. Contudo, nos termos do n.º 1 do artigo 508.º do Código Civil, o montante máximo de indemnização fixada é inferior ao montante mínimo do capital obrigatoriamente seguro nos casos de responsabilidade civil automóvel.

O presente diploma fixa, pois, um novo critério de determinação dos limites máximos de indemnização, que tem em conta o facto de se preverem alterações, em breve, dos montantes mínimos de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

Simultaneamente, considerada que foi a legislação especial que fixa montantes mínimos para o seguro obrigatório nas situações em que estejam em causa, por um lado, acidentes causados por veículos utilizados em transporte ferroviário, e, por outro, em diversas situações nas quais estão em causa danos causados por instalações de energia eléctrica ou de gás, fixam-se igualmente novos critérios de determinação dos montantes máximos de indemnização por responsabilidade objectiva em cada um daqueles casos.

Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso

Uma Resolução do Conselho aprova o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso.

Face às características naturais e culturais da área em causa, tornou-se fundamental fomentar um tipo de intervenção que vise o aproveitamento do seu potencial turístico/recreativo, como uma alternativa para o desenvolvimento económico, mas sempre em estreito equilíbrio com a envolvente natural e humana.

No sentido de detecção da aptidão turístico-recreativa, observou-se a existência de recursos locais que, pelas suas características, poderão vir a funcionar como recursos turísticos, do ponto de vista do recreio, lazer e cultura. As características locais apontam, principalmente, para o fomento do turismo no espaço rural, importante dinamizador da recuperação do património edificado e estabilizador das estruturas socioeconómicas, pois permite diversificar e complementar os rendimentos da população residente. De facto, em experiências já desenvolvidas, a promoção dessas iniciativas tem ultrapassado o plano meramente turístico.

Pretende-se ainda integrar, no mesmo âmbito, os objectivos definidos neste Plano e as iniciativas e projectos pretendidos, ou em curso, por iniciativa de entidades ou particulares, com interesse nesta área e sua envolvente, tais como a ADERE (Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês) e o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Investimento da Kupper & Schmidt

Por Resolução do Conselho de Ministros foi aprovada a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Kupper & Schmidt - Componentes para Automóveis, Lda, para a realização de um projecto de investimento em Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro.

A empresa Kupper & Schmidt - Componentes para Automóveis, Lda foi constituída em 1989 por capitais alemães, tem a sua unidade industrial localizada no concelho de Oliveira de Azeméis e dedica-se ao fabrico de peças fundidas em ligas de alumínio de elevado rigor dimensional, destinadas a órgãos mecânicos de motores e órgãos mecânicos de veículos motorizados.

O projecto de investimento da Kupper & Schmidt envolve um custo total de cerca de 6,2 milhões de Euros e visa o aumento da sua capacidade produtiva a nível de injeção, a automação do equipamento e melhoramentos nas áreas da qualidade, ambiente, segurança e sistema informático.

Este investimento prevê o reforço dos seus efectivos de 137 para 160

Conselho de Ministros

postos de trabalho, permitindo o aumento do valor de vendas anual para cerca de 7,3 milhões de Euros, dirigidas na sua quase totalidade ao mercado comunitário.

O projecto prevê ainda a obtenção, até 31 de Dezembro de 2008, de um impacto positivo na Balança de Pagamentos nacional de cerca de 38 milhões de Euros.

Através deste investimento, a Kupper & Schmidt irá vincar a sua posição no mercado nacional e internacional de peças fundidas de alumínio de elevado rigor dimensional, tornando a sua unidade industrial mais técnica, mais flexível (do ponto de vista produtivo e com maior especialização em peças mais complexas), mais competitiva e mais segura.

Diplomas relacionados com o Desporto e o Euro-2004

O Conselho aprovou uma Proposta de Lei que aprova medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de **manifestações de violência associadas ao desporto**.

Estrutura de Acompanhamento Permanente do Euro 2004

Além dessa proposta de Lei, o Conselho aprovou uma Resolução que cria uma Estrutura de Acompanhamento Permanente do Euro 2004 e tem por objectivo assegurar a coordenação e acompanhamento da actuação das entidades que preparam a realização em Portugal da fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

A fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 reveste-se de grande importância para Portugal, proporcionando uma projecção internacional nunca antes alcançada por nenhum outro evento desportivo realizado no nosso País.

Para acolher este acontecimento, foram criadas as seguintes estruturas: duas sociedades anónimas, a Euro 2004 e a Portugal 2004; a Comissão de Segurança para o Euro 2004; a Comissão de Acompanhamento da Promoção de Portugal no âmbito do Euro 2004; o Grupo de Coordenação do Sistema de Transportes Colectivos para o Euro 2004; a Comissão de Acompanhamento Saúde do Euro 2004.

Tais entidades têm vindo a desenvolver, nas respectivas áreas de intervenção, todas as acções tendentes a assegurar que a realização do evento seja um efectivo êxito, sendo que a conclusão atempada dos dez estádios que servirão de palco ao Euro 2004 atesta, desde logo, da transparência e rigor que o Governo elegeu como as traves mestras deste processo.

Consciente, porém, de que o sucesso deste Campeonato Europeu de Futebol só poderá ser garantido se todas as acções e projectos em desenvolvimento forem concluídos e implementados de forma eficaz, designadamente no que respeita à segurança, aos transportes, às acessibilidades, à saúde e à logística em geral, o Governo entendeu criar agora uma estrutura que assegure a articulação política, administrativa e operacional das mesmas acções e projectos.

Regime temporário de adequação da organização da ordem pública e da justiça ao contexto extraordinário da fase final do Campeonato Europeu de Futebol - Euro 2004

Foi aprovada uma Proposta de Lei que estabelece o regime temporário de adequação da organização da ordem pública e da justiça ao contexto extraordinário da fase final do Campeonato Europeu de Futebol - Euro 2004.

A organização por Portugal da fase final do Campeonato Europeu de

José Luís Arnaut e as medidas extraordinárias que vão garantir a segurança do Euro-2004



O Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut, na sua qualidade de detentor da tutela do Desporto, é o responsável pela introdução e acompanhamento das medidas tomadas relativamente ao Euro-2004 e nessa qualidade, após o Conselho de Ministros, falou à comunicação social e comentou as tomadas para garantir segurança no evento, reforçando as medidas normais e garantindo a celeridade dos meios judiciais durante o Europeu, incluindo o funcionamento ininterrupto dos tribunais e a aplicação de medidas de coacção temporárias.

“É necessário reforçar a prevenção da violência”, declarou o Ministro.

No pacote de medidas referentes ao Euro2004 está incluído o estabelecimento de um regime temporário de regras relacionadas com a ordem pública (dentro e fora dos estádios) e a justiça, durante a realização do Europeu de Futebol.

É o caso de uma medida que determina que os tribunais das localidades onde irão decorrer os jogos passarão a funcionar num regime de “24 horas por dia”, explicou José Luís Arnaut.

A esta medida junta-se ainda a aplicação de um conjunto de penas aos

infractores, que passam pela proibição de frequência dos estádios até à criação de um regime de afastamento de estrangeiros do território nacional (expulsão).

Neste pacote de novas regras está ainda contemplada a possibilidade de recurso a meios de protecção electrónica (para garantir a segurança) e a um novo regime de condições de acesso aos recintos desportivos.

Sobre este último ponto, as novas regras começarão a ser aplicadas durante o Campeonato da Europa de Futebol, mantendo-se em vigor depois do Euro2004.

Em declarações aos jornalistas, o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro justificou a necessidade de criação destas novas regras como forma de evitar “situações de violência”, habituais nos grandes eventos desportivos.

A este respeito, o comunicado do Conselho de Ministros acrescenta que “urge mitigar o risco” do fenómeno conhecido como “holliganismo” e outras situações a ele associadas.

“É nesta medida que o Governo apresenta agora à Assembleia da República a presente Proposta de Lei, na qual se prevê um conjunto de medidas legislativas e administrativas integradas, que permitirão salvaguardar a segurança dos cidadãos, nacionais e estrangeiros, e, em especial, dos participantes e espectadores”, refere ainda o comunicado.

José Luís Arnaut sublinhou que a medida que restringe a atribuição de livre-trânsitos de acesso aos recintos desportivos, irá ser também aplicada aos membros do Executivo.

“Com esta medida, apenas têm direito de livre entrada os membros do Governo responsáveis pela área do Desporto e os presidentes do Instituto do Desporto de Portugal (IDP) e do Conselho Superior do Desporto (CSD).

A medida que restringe o acesso aos recintos desportivos será, no entanto, aplicada mesmo depois de terminar do Euro2004, por forma a garantir a ordem pública aquando a realização de eventos desportivos de especial importância.

José Luís Arnaut esclareceu ainda que se prevê que possam ser titulares do direito de livre entrada nos recintos desportivos, desde que solicitem previamente o cartão, os membros do CSD, os vice-presidentes do IDP e os delegados do instituto, estes nos recintos desportivos do respectivos distritos.

Nos restantes casos (como agentes públicos, agentes de investigação criminal ou elementos das forças de segurança), apenas poderão entrar livremente nos recintos depois de ter sido comprovado de que assim o necessitam devido à sua actividade profissional.

“Estes agentes não podem, porém, em caso algum, ocupar um lugar sentado, ou obstruir vias de acesso ou emergência”, acrescentou José Luís Arnaut.

Conselho de Ministros

Futebol assume inegável interesse nacional, não só pela importância do próprio evento desportivo, mas também pela possibilidade que representa em termos de projecção da imagem externa do País.

Estima-se que a realização do Campeonato conduza a Portugal centenas de milhares de cidadãos estrangeiros, o que constitui uma oportunidade em termos de projecção do nosso turismo e serviços, mas poderá igualmente potenciar a instabilidade e distorção da ordem pública.

Para que a realização deste evento desportivo seja de facto um sucesso, urge mitigar o risco representado pelo fenómeno do “hooliganismo” e por outros fenómenos normalmente associados. É nesta medida que o Governo apresenta agora à Assembleia da República a presente Proposta de Lei, na qual se prevê um conjunto de medidas legislativas e administrativas integradas que permitirão salvaguardar a segurança dos cidadãos, nacionais e estrangeiros, e em especial, dos participantes e espectadores.

Refira-se, em breve síntese, que nesta Proposta de Lei se propõem regras temporárias relativas à organização e funcionamento dos tribunais, à forma de processo penal sumário, à medida de coacção de proibição de frequência de recinto, ao regime de afastamento de estrangeiros do território nacional, aos meios de vigilância electrónica e às condições de acesso aos recintos desportivos.

Protecção jurídica a que ficam sujeitas as designações do Campeonato Europeu de Futebol de 2004

Um Decreto-Lei estabelece o regime de protecção jurídica a que ficam sujeitas as designações do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, bem como os mecanismos que reforçam o combate a qualquer forma, directa ou indirecta, de aproveitamento ilícito dos benefícios decorrentes deste evento desportivo.

O Campeonato Europeu de Futebol de 2004 assume, reconhecidamente, projecção a nível Europeu e mundial e reveste-se de grande importância, já que é susceptível de contribuir para um reforço da imagem externa de Portugal.

Neste contexto, urge garantir que as denominações e símbolos já criados ou a criar para designar este evento desportivo não sejam utilizados, para efeitos publicitários ou comerciais, por entidades que, indevidamente, pretendam usufruir dos valores que lhes estão associados.

Além disso, torna-se ainda necessário criar instrumentos que permitam reagir contra quem, por qualquer meio, sem estar autorizado a associar as suas marcas ou outros sinais distintivos do comércio a este evento, o possa desprestigiar ou dele se possa indevidamente aproveitar em termos de benefícios promocionais e de visibilidade.

Efectivamente, a legislação em vigor, quer em matéria de publicidade quer de propriedade intelectual e industrial, é ainda insuficiente para desmotivar a tendência, cada vez mais acentuada, de determinadas entidades que, não estando autorizadas a associar, directa ou indirectamente, a um determinado evento, os seus produtos, marcas ou outros sinais distintivos de comércio, dele se possam aproveitar para, através de publicidade “parasitária” ou práticas abusivas de marketing, obterem a visibilidade e os benefícios promocionais dos patrocinadores oficiais que suportam avultadas quantias para conseguirem esse estatuto de exclusividade.

Pretende-se, pois, com o presente diploma, estabelecer os mecanismos que reforcem o combate a qualquer forma, directa ou indirecta, de aproveitamento ilícito dos benefícios decorrentes do “Euro 2004”, garantindo uma reacção eficaz das entidades públicas competentes contra a utilização abusiva de sinais que o desprestigiem ou desvirtuem a sua imagem.

Agentes públicos a quem é reconhecido o direito de livre entrada em recintos desportivos

Por Decreto-Lei ficam estabelecidas as categorias de agentes públicos a quem, para o cabal exercício das suas funções, é reconhecido o direito de livre entrada em recintos desportivos.

O presente Decreto-Lei reconhece, a determinadas categorias de agentes públicos, o direito de livre entrada em recintos desportivos para que estes exerçam cabalmente as respectivas funções.

Este carácter restritivo da livre entrada nos recintos desportivos adquire ainda maior significado se tivermos em conta a necessidade de dotar o fenómeno desportivo actual de especiais medidas de segurança que acautelem problemas resultantes da perturbação da ordem, tranquilidade e segurança públicas, destacando-se as que incidam na identificação e no controlo do acesso àqueles locais, de modo a evitar qualquer forma de abuso.

Acresce que Portugal é, cada vez mais, um destino de espectáculos desportivos de grande dimensão internacional, cuja organização reveste

Instalação em Lisboa da Agência Europeia de Segurança Marítima

Por Deliberação do Conselho de Ministros foi criada, na dependência do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, um Grupo de Trabalho Interministerial destinado a desenvolver o processo de concretização da instalação em Lisboa da Agência Europeia de Segurança Marítima.

A escolha da cidade de Lisboa como Sede da Agência Europeia de Segurança Marítima é uma decisão encarada pelo Governo português como o corolário de uma aposta estratégica e de um intenso e regular trabalho de natureza política, diplomática e técnica, que acabou por dar frutos, e que se enquadra, de uma forma mais lata, na importância que o Governo atribui os Oceanos.

Portugal tem a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia, pelo que faz todo o sentido que acolha uma agência de protecção dos meios marinhos e da orla costeira.

Para Portugal, a instalação da Agência Europeia de Segurança Marítima significa uma janela de oportunidades para o desenvolvimento das competências nacionais em matérias relativas às actividades marítimas, à segurança marítima e à protecção dos Oceanos.

Constitui ainda o reconhecimento de que a vocação marítima de Portugal não se traduz apenas no seu passado histórico ligado às descobertas, assumindo-se hoje cada vez mais associado a uma política de firme defesa do Oceano, objectivo para o qual a segurança marítima constitui um importante instrumento.

Neste sentido, urge desenvolver o processo de concretização da instalação da Agência Europeia de Segurança Marítima em Lisboa, pelo que é criado um Grupo de Trabalho Interministerial, na dependência do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, com o objectivo de estabelecer os necessários contactos com os Serviços da Comissão e com o Director Executivo da Agência, articular com os Ministérios envolvidos as acções a desenvolver e as medidas a tomar e, ainda, proceder à articulação com o já iniciado processo de reinstalação do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.



Conselho de Ministros

diversas especificidades, pelo que importa delimitar o conjunto dos titulares com livre entrada nos recintos onde se realizem tais espectáculos e, bem assim, as condições do respectivo acesso.

O diploma agora aprovado estabelece, como titulares do direito de livre entrada nos recintos desportivos, as seguintes entidades: os membros do Governo responsáveis pela área do desporto; o Presidente do Instituto do Desporto de Portugal; o Presidente do Conselho Superior de Desporto.

Prevê-se ainda que também possam ser titulares do direito de livre entrada nos recintos desportivos, desde que previamente solicitem o cartão de livre entrada, as seguintes entidades: os membros do Conselho Superior de Desporto; os Vice-Presidentes do Instituto do Desporto de Portugal; os delegados distritais do Instituto do Desporto de Portugal, nos recintos desportivos do respectivo distrito.

Desde que comprovem que a entrada é necessária em razão directa da sua actividade, são também titulares do direito de livre entrada nos recintos desportivos: os agentes públicos, devidamente credenciados pelo promotor do espectáculo desportivo; os agentes de investigação criminal e os elementos das forças e serviços de segurança, portadores de cartão de livre trânsito ou documento equivalente. Estes agentes não podem, porém, em caso algum, ocupar um lugar sentado, ou obstruir vias de acesso ou de emergência.

O acesso aos recintos desportivos das entidades abrangidas pelo diploma ora aprovado efectua-se mediante a exibição do cartão de entrada, cujo modelo consta anexo ao mesmo, ou a apresentação do título de ingresso para o espectáculo desportivo, com excepção, quanto a este, dos agentes de investigação criminal.

O direito de livre entrada nos recintos desportivos previsto no presente diploma não se aplica aos jogos da fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

Conselho de 26 de Fevereiro

No Conselho de 26 de Fevereiro foram aprovados pelo colectivo do Governo 17 diplomas, dos quais nove Resoluções, seis Decretos-Lei e dois Decretos.

Seis dessas resoluções estão ligadas a questões de ordenamento de território e assim registamos:

Salvaguarda da execução do Plano de Urbanização de Abrantes

Resolução que ratifica as medidas preventivas de salvaguarda da execução do Plano de Urbanização de Abrantes.

O estabelecimento de medidas preventivas é fundamentado pelo município local na necessidade de obstar à alteração das características dos locais previstos para a implantação de rodovias primárias e secundárias e para espaços verdes e equipamentos, viabilizando deste modo a execução do Plano de Urbanização de Abrantes, cuja elaboração foi determinada por deliberação do executivo municipal, em 16 de Setembro de 1991, e que se encontra neste momento em curso. Através do Plano de Urbanização, a Câmara Municipal visa dotar a cidade de acessibilidades e de espaços de protecção que salvaguardem a comodidade e a qualidade de vida urbana.

Plano de Pormenor da Palmeira, no município da Covilhã

Resolução que ratifica o prazo de vigência de dois anos, contado a partir de 16 de Abril de 2002, das medidas preventivas estabelecidas para a área de intervenção da revisão do Plano de Pormenor da Palmeira, no município da Covilhã, e revoga o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2002, de 11 de Abril, bem como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2003, de 26 de Setembro.

O Governo resolveu revogar o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2002, bem como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2003, e ratificar o prazo de vigência por dois anos, contado a partir de 16 de Abril de 2002, para as medidas preventivas estabelecidas para a área de intervenção da revisão do Plano de Pormenor da Palmeira, no município da Covilhã.

Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional

Resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.

A presente Resolução determina: a elaboração do plano de ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, definindo os fins a atingir com aquele plano; que seja o Instituto da Conservação da Natureza a entidade competente para o elaborar; a composição da comissão mista de coordenação; o prazo para a elaboração do plano.

Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos

Resolução que determina a elaboração do plano de ordenamento da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.

Esta Resolução enquadra: a definição dos objectivos específicos da paisagem protegida; a incumbência ao Instituto da Conservação da Natureza da elaboração do plano de ordenamento; a criação de uma comissão mista de coordenação; a indicação do prazo máximo para a elaboração do plano de ordenamento.

Plano Director Municipal de Alcobaça

Resolução que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Alcobaça.

O diploma visa viabilizar o desvio do trânsito da envolvente do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e possibilitar o processo de requalificação urbana e revitalização em curso, a cargo da respectiva Câmara Municipal, em colaboração com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito das Medidas de Valorização Territorial do Plano Operacional de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto do III Quadro Comunitário de Apoio, que prevê a progressiva pedonalização da área do Centro Histórico.

Plano Director Municipal de Mangualde

Resolução que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Mangualde e o estabelecimento de medidas preventivas.

O Governo resolveu ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Mangualde e o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área, por um período de dois anos, face à incompatibilidade das respectivas regras com a expectativa de desenvolvimento industrial e comercial para essa área, que se pretende incrementar, e tendo em consideração o alargamento do IP5, a abertura do IC 12 e o Plano de Urbanização de Mangualde, actualmente em elaboração.

Metro do Porto, S.A. e o agrupamento Normetro

As restantes três resoluções deste Conselho referem-se a outros assuntos correntes da Governação e são: Resolução que aprova o aditamento ao contrato celebrado, em 16 de Dezembro de 1998, pela Metro do Porto, S.A. e o agrupamento Normetro, ACE.

A aprovação do presente aditamento ao contrato para a construção do metro ligeiro do Porto, que implica a inserção do sub-troço Campanhã-Bonjóia-Antas na primeira fase do sistema, decorre, por um lado, de razões de conveniência funcional, porquanto os fluxos de procura entre as estações de Campanhã e Antas são contínuos e ambas as localidades se inserem numa malha urbana homogénea. Por outro lado, possibilita-se, desse modo, a antecipação da entrada em funcionamento deste sub-troço, antes da realização do Euro 2004, permitindo, assim, à população da área metropolitana do Porto a utilização do serviço de transporte de metro a tempo desse evento desportivo, assegurando, simultaneamente, melhores condições logísticas e de segurança de acesso ao Estádio das Antas.

Criado o Prime-Jovem

Esta Resolução cria, no âmbito do PRIME, o PRIME-Jovem, programa de apoio à iniciativa empresarial dos jovens.

No âmbito do PRIME, os jovens são considerados como factor dinâmico fundamental para a criação de diversas formas de valor acrescentado, pelo que as especificidades relativas a uma política de fomento da iniciativa empresarial neste segmento justificam a criação de instrumentos especialmente vocacionados para os jovens empresários.

Assim, o PRIME-Jovem é constituído por um conjunto de medidas

Conselho de Ministros

com vista ao apoio de jovens empresários, englobando medidas de discriminação positiva, mediante o apoio selectivo à iniciativa empresarial dos jovens.

Dois Decretos ligados a relacionamento com outros países

Este Decreto aprova o **Acordo entre a República Portuguesa e a República Eslovaca** sobre Cooperação nos Domínios da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, da Juventude e Desporto e da Comunicação Social, assinado em Bratislava, em 1 de Julho de 2003.

O Acordo tem por objectivo promover a cooperação bilateral, nos diversos domínios que abrange, entre os dois países, na base da igualdade e do benefício mútuo, representando um contributo importante para o fortalecimento da amizade entre os dois povos.

Para melhor realização dos objectivos previstos, é instituída uma Comissão Mista.

Por seu lado, outro Decreto aprova o Acordo **entre a República Portuguesa e a Sérvia e Montenegro** sobre a sucessão dos Tratados Vigentes entre a República Portuguesa e a antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia, assinado em Lisboa, em 3 de Novembro de 2003.

O Acordo, aprovado através do presente Decreto, tem por objectivo repor a vigência de alguns dos instrumentos internacionais celebrados com a antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia e prejudicados com a extinção desta.

Alteração ao Regulamento das Contrastarias

Um Decreto-Lei revoga a obrigação de prestação de caução instituída para o exercício das actividades de avaliador oficial e de ensaiador-fundidor, constante do Regulamento das Contrastarias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 391/79, de 20 de Setembro.

A revisão do enquadramento legal do regime jurídico constante do Regulamento das Contrastarias, actualmente em curso, iniciada com o Decreto-Lei n.º 171/99, veio tornar patente a necessidade de abolir o regime de prestação de caução por parte dos avaliadores oficiais e dos ensaiadores-fundidores, até agora vigente, uma vez que, com o passar dos anos, este regime se mostrou inadequado e obsoleto, tendo em conta os interesses que se visavam proteger através deste procedimento.

Comparabilidade de informações financeiras na Comunidade

Por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro de 2001, relativa às regras de valorimetria aplicáveis às contas individuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como dos bancos e de outras instituições financeiras.

Para garantir a comparabilidade das informações financeiras em todo o território da Comunidade, é exigido aos Estados-Membros que permitam a adopção de um sistema de contabilização, pelo justo valor, para certos instrumentos financeiros, embora, nesta fase, apenas para as rubricas em relação às quais existe um consenso internacional muito alargado quanto à conveniência da avaliação pelo justo valor e, pelo menos, em relação às contas consolidadas.

Com a publicação da Directiva 2001/65/CE, alinha-se o quadro normativo comunitário com a actual evolução da normalização contabilística internacional, emanada pelo IASB (International Accounting Standards Board), permitindo-se que determinados activos e passivos financeiros possam vir a ser contabilizados pelo justo valor, cuja adopção obriga, a bem da transparência da informação financeira, a que exista um alargamento das informações divulgadas nos Anexos ao balanço e à demonstração dos resultados, bem como nos relatórios de gestão.

Medida de protecção fitossanitária

Um Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/116/CE da Comissão, de 4 de Dezembro de 2003, relativa ao organismo prejudicial *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl.

et al., alterando o Decreto-Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro.

A recente aprovação da Directiva 2003/116/CE da Comissão, relativa ao organismo prejudicial *Erwinia amylovora* (Burr.) Winsl. et al., que altera a Directiva 2000/29/CE do Conselho, destinadas a evitar a introdução e dispersão de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais na Comunidade, implicam que sejam alterados os anexos II, III, IV e V do Decreto-Lei n.º 14/99.

Deste modo, o presente Decreto-Lei procede à transposição da citada directiva, introduzindo alterações aos referidos anexos do Decreto-Lei n.º 14/99.

Regime legal da concessão e emissão dos passaportes

Por Decreto-Lei foi alterado o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprovava o regime legal da concessão e emissão dos passaportes.

O Governo aprovou hoje uma alteração à Lei de Concessão dos Passaportes, viabilizando a concessão de passaportes especiais aos trabalhadores dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de nacionalidade portuguesa e desde que não tenham outra nacionalidade, que por imposição das autoridades locais, deles careçam para o exercício das respectivas funções ou para a respectiva acreditação local.

Preparam-se as condições para a privatização das OGMA

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 42/94, de 14 de Fevereiro, que transforma as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O presente Decreto-Lei altera o diploma que transformou as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo em vista iniciar os procedimentos legislativos que permitam a projectada internacionalização da empresa, através da alienação do capital social da OGMA, S.A. a investidores privados.

Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

Uma Resolução do Conselho de Ministros de 26 de Fevereiro aprovou o Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), que sucede ao Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), com o principal objectivo de reforçar a componente preventiva da política de combate à exploração do trabalho infantil.

Ao instituir o presente Plano para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), o Governo pretende reforçar a componente preventiva da política de combate à exploração do trabalho infantil – já iniciado com o anterior Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) –, através da adopção de mecanismos de encaminhamento dos menores, em situação de trabalho infantil, para medidas educativas e formativas que lhes permitam concluir a escolaridade obrigatória e, se possível, adquirir formação profissional, obtendo, assim, condições adequadas de trabalho num futuro próximo.

A acção desenvolvida pelo PEETI ao longo dos últimos anos, reconhecida como singular no contexto internacional, permitiu criar parcerias efectivas e dinâmicas com diferentes agentes, públicos e privados, contribuindo não apenas para o aumento da visibilidade do combate à exploração do trabalho infantil, mas também para a execução de uma estratégia de inclusão social de jovens e crianças desfavorecidos, através de um conjunto de respostas de educação e formação, sustentadas numa metodologia de regulação próxima, que têm sido instrumentos de combate ao abandono escolar precoce e à inserção também precoce no mundo do trabalho.

O reforço da componente preventiva, que agora se pretende, não deve, no entanto, deixar perder de vista a necessidade de intensificar a função reparadora, permitindo, dessa forma, a minoração dos efeitos nocivos da incursão prematura no mundo do trabalho infantil e possibilitando a obtenção de condições individuais para a inserção legal no mercado de trabalho.

Notícias dos Açores

Victor Cruz visita freguesia de Santa Clara

“Se o PSD vencer as eleições regionais, o antigo Matadouro de Santa Clara será entregue à Câmara Municipal para construir o Pavilhão Multi-Usos de Ponta Delgada”, conforme anunciou Victor Cruz, no final da sua visita à nova freguesia de Santa Clara. O candidato a Presidente do Governo Regional pretendeu assim “simbolizar a vantagem concreta para as populações que decorrerá do clima de cooperação a estabelecer entre a futura governação Social-Democrata e todas as autarquias dos Açores”.

Esta cedência representa, para Victor Cruz, um exemplo concreto de que “se houver vontade política, é possível resolver os problemas pendentes”. A instalação do Pavilhão Multi-Usos de Ponta Delgada no antigo Matadouro Municipal “vem preencher uma lacuna para a realização de grandes eventos sócio-económicos e culturais na cidade e ao mesmo tempo, contribuir para a requalificação urbanística e dinamização social da freguesia de Santa Clara”, explicou.

A mesma preocupação de requalificação desta zona poente da cidade de Ponta Delgada esteve igualmente presente nas declarações de Victor Cruz sobre a existência de tanques de combustível no núcleo urbano de Santa Clara. No âmbito de um próximo Governo Regional, o líder do PSD comprometeu-se a “equacionar o assunto na primeira oportunidade em que isso for juridicamente possível”, de modo a acautelar “acima de tudo” as condições de segurança da população residente no local.

No final da sua visita a Santa Clara, Victor Cruz deixou ainda uma terceira mensagem relativa à “necessidade de estudar uma melhor localização” para o porto de pesca de Ponta Delgada. O presidente do PSD/Açores defendeu, por isso, “a construção de uma estrutura definitiva em localização mais adequada, sendo o saco da doca aproveitado para complementar a oferta do porto de recreio mas importa agora avançar para uma solução que sirva melhor os objectivos da cidade e os interesses dos pescadores”.

Victor Cruz dedicou o seu dia de trabalho ao contacto com as populações de Santa Clara, acompanhado de Berta Cabral, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, e de Francisco



Mota, presidente da Junta de Freguesia de S. José, entre outros. O líder social-democrata visitou ainda algumas obras autárquicas em curso, nomeadamente, o Centro Cívico de Santa Clara e o novo campo polidesportivo, em fase final de construção.

Pinto Balsemão no 30º aniversário do PSD/Açores

O militante Número Um e fundador do Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata, Francisco Pinto Balsemão, vai deslocar-se à Ilha de S. Miguel, no próximo mês de Maio, para participar nas comemorações dos 30 anos do PSD/Açores.

O convite foi formalizado em Lisboa, por Victor Cruz e aceite por Balsemão, que será o “convidado de honra” na celebração desse aniversário, que invocará a primeira reunião do núcleo fundador do então PPDA, realizada na Casa do Povo da Fajã de Baixo, em 16 de Maio de 1974, sob a presidência de João Bosco Mota Amaral.

O almoço de trabalho realizado hoje em Lisboa entre Victor Cruz e Pinto Balsemão permitiu ainda uma troca de impressões sobre as comemorações nacionais dos 30 anos do PSD, que deverão decorrer ao longo do próximo mês de Maio, pois ambos e também Alberto João Jardim são as três personalidades nacionais que constituem a Comissão de Honra para as comemorações do 30º aniversário do Partido Social-democrata, propostos por Durão Barroso e

aprovados por unanimidade, em Janeiro, no Conselho Nacional do PSD, que no seu comunicado lembrava que o nosso Partido representa um património de história que a todos nos orgulha, feita de empenho, dedicação e defesa dos interesses de Portugal e de serviço aos portugueses”.

Aproximação a Cabo Verde, defende Victor Cruz

O presidente do PSD/Açores defendeu hoje, na Assembleia da República de Cabo Verde, uma política de aproximação entre os dois arquipélagos atlânticos. Durante uma audiência com o Presidente do Parlamento cabo-verdiano, Victor Cruz considerou que este país africano de língua oficial portuguesa “deveria ser um parceiro natural” da nossa Região Autónoma, “mas não o é de facto, dada a frágil relação política que tem sido mantida nos últimos anos entre os Açores e Cabo Verde”.

No seu encontro com o presidente Aristides Lima, o candidato social-democrata à presidência do Governo Regional sustentou que o estatuto dos Açores na União Europeia “potencia a nossa capacidade de criar laços especiais entre as sete Regiões Ultraperiféricas e Cabo Verde, dinamizando um processo de integração insular”.

No quadro das ultra periferias europeias, prosseguiu Victor Cruz, os Açores “teriam uma posição privilegiada para liderar essa aproximação a Cabo Verde”, dadas

as características comuns dos dois arquipélagos, pois a República de Cabo Verde e a Região Autónoma dos Açores partilham, de facto, características semelhantes, no conjunto das ilhas da Macaronésia que integra ainda os arquipélagos da Madeira e das Canárias, desde logo ao nível da dimensão e dispersão do território, mas também em relação às respectivas populações, que mantêm uma língua, uma história, uma cultura e uma religião que são comuns. Victor Cruz e Aristides Lima identificam, por isso, potencialidades a explorar num esforço de aproximação entre as duas entidades insulares.

“Partilhamos os “efeitos negativos” da insularidade e da dispersão geográfica (Cabo Verde tem dez ilhas e os Açores são compostos por nove), bem como o “afastamento penalizador” em relação aos grandes centros populacionais e mercados económicos. Partilhamos, também, as “deseconomias de escala” resultantes da dimensão do território e do elevado custo dos transportes em economias muito abertas ao exterior. Açores e Cabo Verde partilham, ainda, Portugal Continental como o seu principal mercado exportador e importador, afirmou Victor Cruz, que considerou “fundamental promover desde já um importante relacionamento económico entre as duas regiões, nomeadamente nas áreas do turismo, das pescas e da agricultura”.

No entanto, sendo Cabo Verde um Estado soberano, “essa aproximação estratégica dos Açores deve respeitar princípios básicos do relacionamento institucional que passam, necessariamente, pelo respeito e reconhecimento dos dois níveis diferentes de poder político”, ressaltou.

O encontro do líder do PSD/Açores com o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, que decorreu na Cidade da Praia, foi o primeiro contacto oficial desta deslocação de Victor Cruz que foi o convidado de honra da “Convenção Nacional 2004” do MpD – Movimento para a Democracia”, representando Portugal na reunião magna do maior partido da oposição na República de Cabo Verde reunindo-se ainda com o seu presidente, Agostinho Lopes e os principais dirigentes nacionais do MpD.- **Fonte: Gab. Press. PSD/Açores**

O novo funicular dos Guindais faz a ligação da Batalha à Ribeira



O Elevador dos Guindais, no Porto, foi inaugurado quarta-feira, três anos depois da data prevista pela sociedade promotora da Capital Europeia da Cultura, disse hoje a Metro do Porto, SA.

Em comunicado, a empresa refere que a cerimónia conta com a presença do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Carmona Rodrigues, e com as administrações da Metro do Porto, Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e Casa da Música, SA (que substituiu a Porto 2001).

O Elevador dos Guindais, entre as cotas alta e baixa do Centro Histórico do Porto, foi construído pela portuguesa Construtora do Tâmega, que se encarregou da construção civil e pela francesa Poma, que forneceu e instalou o equipamento, por encomenda da Porto 2001 e custou cerca de seis milhões de euros.

Este funicular retoma o traçado de um antigo elevador que apenas funcionou dois anos, ainda no século XIX, de 1891 a 1893, devido a um acidente que causou dezenas de feridos.

O novo elevador, de tracção eléctrica e comando automático, liga a Rua Augusto Rosa, à Batalha, à Avenida Gustavo Eiffel, junto ao tabuleiro inferior da Ponte D. Luís I, num trajecto de 281 metros, um terço do qual subterrâneo.

As duas cabinas panorâmicas têm uma lotação máxima de 25 pessoas cada e fazem a ligação entre as duas cotas/estações em três minutos, numa via única com cruzamento central.

A concessão do Elevador dos Guindais à empresa do metropolitano ligeiro do Porto foi anunciada no início de 2003, mas o processo teve

de ser suspenso, dado que a STCP é concessionária de todos os sistemas de transporte da cidade com as características deste funicular.

Em Julho de 2003, as três empresas envolvidas assinaram um acordo de cedência da exploração do Elevador dos Guindais à STCP, que por sua vez a transferiu de imediato à Metro do Porto, pelo mesmo valor simbólico de um euro.

Na cerimónia de inauguração, na qual o elevador iniciou o cumprimento oficial da sua missão de



ligar a zona da Batalha à Ribeira da cidade, um episódio de sobrelotação das entidades que desajavam “fazer a primeira viagem”, levou a que o funicular não arrancasse sem que alguns dos passageiros saíssem o que motivou o comentário do presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, Valentim Loureiro, a dizer, com bom humor que o caso só veio provar que o veículo tem

mecanismos de segurança eficazes.

A ideia foi corroborada pelo presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, Oliveira Marques, que salientou o perfeito funcionamento dos dispositivos de segurança. “Se tiver gente a mais, não anda”, disse Oliveira Marques.

O Ministro das Obras Públicas teve palavras de apreço pelo no equipamento, que usa tecnologia de ponta e sistemas desta natureza e apresenta um aspecto estético muito conseguido.

Este é o único funicular existente na cidade, entre as cotas alta e baixa do Centro Histórico do Porto, e o bilhete individual custa 80 cêntimos com validade de uma hora.

As duas cabinas panorâmicas anunciam uma lotação máxima de 25 pessoas cada. O funicular dos Guindais funcionará de terça-feira a domingo, das oito da manhã às sete da tarde. As segundas-feiras serão dedicadas a operações de manutenção do equipamento.

Entretanto, a Casa da Música/Porto 2001, SA, anunciou o lançamento de um livro sobre a história do primeiro Elevador dos Guindais, construído no século XIX e desactivado dois anos depois na sequência de um acidente.

“O Elevador dos Guindais”, de

Germano Silva, já tinha sido editado numa brochura de tiragem reduzida, mas a “superior qualidade do trabalho realizado” levou a actual administração da Casa da Música a relançar a obra em livro, como forma de assinalar a inauguração do novo funicular instalado no mesmo local. – Fonte: Lusa

Em Lisboa «Faixas Bus» com separadores

O Presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes, vai em breve revolucionar o regime de corredores “bus” na cidade. A ideia é agilizar a circulação dos transportes públicos nas principais artérias e o novo regulamento criará corredores próprios com barreiras físicas que impeçam ali a circulação de viaturas particulares. “O automobilista que tentar, mesmo assim, ultrapassar estes obstáculos poderá ver o seu veículo seriamente danificado”, admite o autarca, que diz que este é um modelo inspirado no que foi feito em Paris.

A Câmara de Lisboa entende que este é um passo necessário para reduzir a exasperante lentidão dos transportes públicos, cuja velocidade média é de 14,9 quilómetros por hora no caso dos autocarros e de 10,2 no dos eléctricos. Uma outra medida consiste em criar corredores para transportes públicos em ruas onde ainda não existem. Está previsto que surjam 16 novas faixas “bus” na cidade, num total de mais de 21 quilómetros. Hoje há 67 quilómetros de estradas em Lisboa exclusivos dos transportes públicos, qualquer coisa como dez por cento da rede operada pela Carris.

Pedro Santana Lopes afirmou, durante uma visita pela cidade com os deputados parlamentares do PSD, que “por exemplo a Avenida Almirante Reis e a António Augusto de Aguiar são duas das avenidas que irão ser sujeitas a alterações”. No primeiro caso, e possivelmente noutras ruas da cidade, a via destinada aos transportes públicos irá passar para o meio da artéria, saindo da faixa lateral. Estas transformações deverão ter particular incidência em artérias como a Rua da Prata onde passa um autocarro de 20 em 20 segundos.

Para melhorar o serviço a Carris vai ter nas ruas três automóveis de vigilância, nos quais andarão um funcionário seu acompanhado de um polícia municipal, para impedir que veículos particulares obstruam o caminho dos eléctricos e autocarros. – Gab.Press. CML



Durão Barroso comunica ao País

Défice de 2003 cumpriu objectivos

O Primeiro-Ministro reuniu-se com a comunicação social, no passado dia 20, às 13 horas, na residência oficial, para fazer uma importante declaração ao País. Durão Barroso, que estava acompanhado pela Ministra de estado e das Finanças e pelo Secretário de Estado do Orçamento, disse:

«Quero informar o País que, fechadas as contas do Estado relativas a 2003, o défice orçamental ficou em 2,8%. Cumpriu-se pois o objectivo de ficar abaixo dos 3% do Produto Interno Bruto.

«Este resultado representa uma grande vitória. Uma vitória do rigor, uma vitória da política económica e financeira, uma vitória de Portugal.

«Em primeiro lugar, uma vitória do rigor: após ter ultrapassado em 2001 o tecto máximo permitido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, este é o segundo ano consecutivo em que Portugal fecha as suas contas com um défice abaixo dos 3% do PIB. Prometemos e cumprimos. Num País pouco habituado a definir objectivos e a cumpri-los este resultado reforça a nossa credibilidade. É assim, com rigor, disciplina e coerência, que se criam as condições de confiança.

«Em segundo lugar, uma vitória da política económica e financeira. Um País só pode ter sucesso com finanças públicas saudáveis, com contas do Estado em ordem. Invertamos o ciclo de défices orçamentais cada vez maiores. A consolidação orçamental começou a ser feita. Esta é uma tendência muito positiva porque garante a estabilidade. Só com estabilidade há crescimento da economia. Assim se criam as condições para a retoma económica.

«Em terceiro lugar, uma vitória de Portugal. Este resultado só é possível porque os Portugueses acreditaram e confiaram. Porque as famílias portuguesas, os trabalhadores portugueses compreendem que alguns sacrifícios no presente trazem importantes benefícios no futuro.

«Com mais este resultado, o nosso País ganha credibilidade e reforça a confiança. Ganhamos credibilidade dentro da Europa. O Governo espera que o “procedimento por défices excessivos” a que Portugal tem estado submetido dentro da União Europeia seja agora levantado.

«Reforçamos a confiança dos agentes económicos e dos investidores em Portugal. ó um País credível consegue atrair investimento. Investimento nacional e estrangeiro. Investimento que vai criar riqueza e gerar novos postos de trabalho. Portugal voltou a ser um País de confiança. Isto é decisivo para o nosso desenvolvimento. Por isso, esta política vai prosseguir.



«Temos hoje uma política económica estável, que dá resultados e que garante um melhor futuro para os Portugueses. «É assim, com uma linha de rumo clara, com estabilidade e com firmeza, que Portugal vai recuperar e vai vencer.

Breve diálogo com a Informação

O Primeiro-Ministro colocou-se, depois, ao dispor da Informação para responder a algumas perguntas e aproveitou, já quase no final do encontro pedir ao país que “acredite mais” em Manuela Ferreira Leite, em detrimento das opiniões de “alguns observadores” o que “É importante para a auto-estima do país”.

Este voto de confiança do país, aliado ao cumprimento da meta orçamental poderá confluir no cenário da retoma económica, que, adiantou, “poderá ainda acontecer este ano e reforçar-se nos próximos anos”.

Quanto ao recurso a receitas extraordinárias Durão Barroso esclareceu que “por parte da EU não houve nenhuma crítica, pelo contrário, tem havido um aplauso”. Ressalvou que “não haverá sempre este tipo de receitas, que são irrepetíveis”, explicando que a Comissão reconhece que Portugal está a fazer as reformas

estruturais necessárias e está a reduzir a despesa. Apenas as receitas extraordinárias não bastavam para alcançar o equilíbrio”, frisou o Primeiro-Ministro, lembrando que as reformas não produzem efeitos imediatos e que a consolidação das contas públicas não é instantânea, por isso as medidas extraordinárias vêm preencher esse intervalo, evitando pedir mais sacrifícios aos contribuintes portugueses. – **Fontes: Lusa, “Público”**

Durão Barroso assina carta de seis PM ao Presidente da União Europeia

Alguns dias antes da comunicação ao país sobre sucesso alcançado na manutenção do défice de 2003 abaixo do limite dos três por cento considerados no Pacto de Estabilidade e Crescimento, o Primeiro-Ministro já tinha dado uma indicação que Portugal se manteria na linha de exigência de rigor financeiro, necessária para a recuperação, a credibilização e o desenvolvimento de Portugal, ao assinar, com os Primeiros-Ministros de Portugal, Espanha, Itália, Holanda, Polónia e Estónia uma carta dirigida ao presidente em exercício da União

Europeia (o PM da Irlanda), na qual defendem o cumprimento por todos os países da EU, do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e apresentam propostas concretas nesse sentido.

Elegendo o cumprimento do Pacto como um dos principais objectivos a debater no Conselho Europeu da Primavera, agendado para 25 de Março, Durão Barroso e cinco dos seus homólogos europeus alertam para que o compromisso com as políticas orçamentais “não seja colocado em causa”.

“O Pacto de Estabilidade e Crescimento é um elemento essencial da governança económica da nossa União Económica e Monetária e uma condição necessária para o crescimento económico sustentado que todos prosseguimos. As suas regras deverão ser aplicadas consistentemente e numa base não-discriminatória”, sublinham os seis subscritores da missiva.

Os chefes de Governo começam por sublinhar a existência de sinais de recuperação e o consenso dos Estados-membros em relação a uma reforma económica, duas situações que os seis Primeiros-Ministros consideram que deverão ser aproveitadas para “reforçar” o crescimento “através da implementação das reformas”, para que os objectivos estabelecidos em Lisboa estejam concretizados em 2010.

Sobre o emprego, Durão Barroso e os Primeiros-Ministros de Espanha, Itália, Holanda, Polónia e Estónia alertam o presidente em exercício da União Europeia e primeiro-ministro da Irlanda, Bertie Ahern, para a necessidade de “mais e melhores empregos”.

Em relação ao segundo ponto - a promoção da inovação, investigação e desenvolvimento -, os seis chefes de Governo defendem a aplicação de fundos públicos para estes sectores, fundos esses que deverão ser aplicados de “de forma mais eficiente”, além da promoção e envolvimento do sector privado.

No que respeita à regulação, mercados e competitividade, os chefes de Governo advertem para o facto das iniciativas legislativas da UE deverem manter o equilíbrio necessário entre os objectivos da regulação e o seu impacto na competitividade, de forma a evitar “fardos excessivos” para as empresas.

A estratégia de Lisboa é também referida na missiva, com os subscritores a aconselhar a preparação para a sua revisão intercalar, alegando que o ano de 2005 irá marcar o ponto intermédio, pelo que deverá ser feito, nessa altura, um balanço da situação. “O desafio para esta segunda fase será a implementação activa e direccionada de reformas”. – **Fonte: Lusa**

Encontro Nacional Autárquico no Algarve

O Encontro Nacional Autárquico e Jantar Convívio, organizado pela CPD do PSD do Algarve foi um acontecimento político de grande sucesso que assinalou os dois anos volvidos sobre a vitória do PSD nas autárquicas de 2001 e ao qual estiveram presentes cerca de mil autarcas e militantes de todo o País.

Essa vitória é considerada tão importante para as autarquias e o País, em geral, que os Autarcas Social-Democratas não a quiseram deixar passar em claro, daí esta organização, que decorreu no passado dia 21 e foi antecedido por um Encontro Autárquico, com debates em vários painéis, realizados no Pavilhão Municipal.

Estiveram presentes muitas personalidades da hierarquia do Partido, começando pelo Presidente e Primeiro-Ministro Durão Barroso, diversos membros do Governo e o Vice-Presidente do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes.

O programa começou pelas 15 horas, com a recepção e boas vindas pelo Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim, José Fernandes Estevens, sendo a abertura dos trabalhos feita pela Presidente da CPD/PSD Algarve, Isabel Soares.

O primeiro painel, subordinado ao tema «Descentralização – Uma revolução tranquila» foi orientado por Miguel Relvas, Secretário de Estado da Administração Local. O segundo, «A Reforma da Administração Pública» foi



controlado e nada conseguiria fazer quanto a isso.

Durão Barroso classificou de «estado calamitoso» a situação em que o PS tinha colocado as contas públicas, desde que assumiu o poder em 1995, observando. «Não foi», disse, «por desapego ao poder» que António Guterres se demitiu em finais de 2001.

O Presidente do PSD observou que o antigo Primeiro-Ministro socialista «sabia muito bem que o défice daquele ano ia ser de mais de quatro por cento» e fez esta pergunta: «Como é que um Primeiro-Ministro pode, depois de andar a dizer cá dentro e lá fora, que “está tudo bem” e que os seus números fictícios correspondiam à realidade, encarar o desmentido final dado pela frieza dos verdadeiros valores encontrados?»

Guterres abandonou o poder porque se «viu sem margem para governar e sem dinheiro para a despesa pública».

«Eles (os socialistas) não gostam que lhes lembremos isto, mas temos de lembrar», comentou Durão Barroso, que dedicou ao tema do défice, mais de metade dos 25 minutos da sua intervenção, perante cerca de mil autarcas que o ouviam na sala.

Outro ponto importante vincado por Durão Barroso foi a crítica que partiu da direcção socialista ao seu anúncio de sexta-feira, de que o défice tinha ficado nos 2,8%.

Barroso criticou veementemente a reacção socialista, pois nem seque a mais simples palavra de congratulação tinha saído do Largo do Rato. «Compreendemos», afirmou, «que a oposição não queira felicitar o Governo mas ao menos que felicitasse o País, porque se trata de uma vitória do País», lembrando que caso o défice não tivesse ficado nos limites previstos se ergueria «um imenso coro de censura e protestos dos mesmo que agora bem uma palavra



dirigido por Susana Toscano, Secretária de Estado da Administração Pública. «Gestão do Território – Ordenamento e Planeamento» foi o terceiro, com moderação de José António Campos Correia, Presidente da CCDR algarvia.

A reunião geral, para apresentação de conclusões, discussão e votação de documento, decorreu a partir das 18 horas, com moderação do arménio Pereira, Presidente da CPN/ASD.

Finalmente, Pedro Santana Lopes, Vice-Presidente do Partido e Presidente da Mesa do Congresso dos Autarcas Social-Democratas fez o encerramento dos trabalhos.

O Jantar Convívio comemorativo decorreu pelas 20 horas, na Quinta do Sobral em São Bartolomeu do Sul, com a presidência de Durão Barroso, na sua qualidade de Presidente do PSD.

Foi como Presidente Nacional do PSD, mas sem esquecer a sua qualidade de Chefe do Governo, que José Manuel Durão Barroso no seu discurso afirmou [referindo a notícia do sucesso das medidas tomadas para que o défice de 2003 não ultrapassasse os três por cento, tendo ficado, efectivamente em 2,8%] que o seu antecessor, António Guterres, tinha abandonado a chefia do Governo em 2001, não por ter tirado consequências políticas de uma derrota nas eleições autárquicas, que não invalidavam a sua posição maioritária no Parlamento, mas sim porque tinha o défice das contas públicas absolutamente fora de





Encontro Nacional de Autarcas no Algarve (Conclusão)

Durão Barroso comenta o défice-2004 e lembra o duro caminho percorrido deixando uma forte nota de Esperança

de felicitação tenham dado».

E a este propósito disse ainda: «Penso que há um certo nervosismo, um certo incómodo na Oposição» ante o sucesso da sua equipa na travagem do défice, sublinhando: «A oposição não deve ficar nervosa nem triste com isso. Não quis felicitar o Governo, compreendo, mas devia ao menos felicitar o país.»

Relativamente às vaías execuções nacionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), «o mais elogiado pela Comissão Europeia foi precisamente o de Portugal e por isso podemos esperar com confiança que no próximo mês de Março será levantado o processo contra Portugal, por causa do desequilíbrio das contas públicas em 2001».

Contestando que o valor do défice seja «um mero dado técnico», Durão Barroso sustentou que a diminuição daquele índice está a criar bom ambiente para a recuperação económica que, garantiu, estando assegurada para 2005, tem já, para este ano de 2004, bons indicadores, que nos encorajam.

Durão Barroso elogiou os autarcas do País - designadamente os Social-Democratas - pela sua capacidade de resistirem às dificuldades financeiras, afirmando: «Tenho dito que todos nós temos de o mesmo tipo de responsabilidades, temos de governar com recursos escassos», pois devem ser racionais e moderados na utilização do seu espaço para exigências, pois não há «razão especial» para serem mais reivindicativos, mesmo quando se anuncia um melhoramento da situação económica do país em 2004. Foi então que Durão Barroso lhes pediu solidariedade na moderação dos gastos, usando a frase que referimos: «Tenho dito que todos nós temos o mesmo tipo de responsabilidades, temos de governar com recursos escassos».

Em contrapartida, sublinhou que o Governo está a concretizar a política de descentralização. «Estamos a levar à prática uma verdadeira revolução tranquila. Estamos a criar comunidades urbanas, grandes áreas metropolitanas», frisou o Presidente do PSD. Um processo que destacou ser desenvolvido através da vontade dos municípios, «porque a tradição de Portugal é a tradição municipal, não é a regionalização de régua e esquadro, a partir do Terreiro do Paço».

Por fim, em “homenagem ao Algarve”, disse esperar que, em breve, “o Governo possa anunciar que Faro será a capital da Cultura em 2005”, uma promessa que vem do anterior executivo socialista, e que foi adiada por



Debate Mensal do Primeiro-Ministro na AR

A retoma da economia começou

Na sexta-feira, 27 de Fevereiro, o Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, compareceu na Assembleia da República, para mais um debate mensal, para o qual escolheu o tema da retoma da economia.

Esperava-se um debate animado, já que, fora do habitual, a oposição não tinha anunciado intenção de fugir ao tema, antes iria tentar pôr em causa as recentes declarações do Chefe do Governo sobre défice e sinais de recuperação da economia.

A alocução inicial do Primeiro-Ministro, na abertura do debate, foi a seguinte:

Senhor Presidente, senhores Deputados: ao longo dos últimos dois anos, no quadro de uma conjuntura internacional particularmente difícil, o Governo foi obrigado a conduzir uma política económica de emergência destinada a corrigir os graves desequilíbrios macroeconómicos do País.

Podemos já hoje dizer que os resultados alcançados são assinaláveis.

O défice orçamental, em dois anos consecutivos, ficou abaixo dos 3% do Produto Interno Bruto. O Governo prometeu e cumpriu. O País começa a ter contas em ordem e finanças públicas saudáveis.

A balança de transacções correntes passou de um défice insustentável de 9% do PIB em 2001 para 3% em 2003. Trata-se de uma redução de 2/3 no curto espaço de dois anos. Estamos a corrigir rapidamente e de forma segura o nosso grave desequilíbrio externo.

Em Janeiro a inflação homóloga diminuiu para 2,3%. O diferencial da inflação face à zona euro diminuiu para apenas 0,2 pontos percentuais. Em duas palavras - a inflação está controlada e as previsões do Governo para 2004 são credíveis, tal como o foram em 2003.

O esforço feito pelos Portugueses valeu a pena. Portugal está hoje bem melhor preparado para o objectivo da retoma económica e para o desafio da competitividade e do crescimento.

Estes resultados são a primeira grande vitória de Portugal e dos Portugueses.

Senhor Presidente, senhores Deputados: o processo de recuperação económica já se iniciou. É um processo lento e gradual, mas sólido e seguro. O pior período do ciclo económico já passou.



Não apenas o atestam as organizações independentes, nacionais e internacionais. São também vários indicadores que o confirmam.

O indicador de actividade económica do INE, com taxas negativas até ao 2º trimestre do ano passado, passou já para taxas positivas nos dois últimos trimestres de 2003. É uma tendência importante.

O índice do volume de negócios nos serviços, que no final de 2002 chegou a cair cerca de 10%, registou já um crescimento superior a 2% no último trimestre de 2003. É um sinal positivo, no maior sector da economia portuguesa.

Portugal voltou a ser um País credível e de confiança

As nossas exportações têm registado um comportamento muito favorável. Até Novembro de 2003 tiveram um crescimento total de 2%. E as exportações para Espanha - o nosso principal mercado - registaram um crescimento superior a 13%. Esta é a prova de que, apesar das dificuldades, as empresas portuguesas estão a fazer um esforço notável e a obter resultados importantes.

Mas o sinal mais claro e evidente da retoma económica está no crescimento do nosso mercado de

capitais. Desde 25 de Fevereiro de 2003, neste último ano, o mercado de acções português valorizou-se mais de 46%. É um crescimento impressionante. Este é um sinal inequívoco da confiança dos investidores.

Este é mesmo o ano da viragem. Portugal voltou a ser um País credível e de confiança. Esta é a segunda grande vitória de Portugal e dos Portugueses.

Senhor Presidente, senhores Deputados: promover a recuperação económica é importante, mas o grande objectivo estratégico para o País é bem mais ambicioso. Temos de voltar a crescer mais do que a Europa. Portugal tem de se aproximar, no espaço desta década, do nível médio de desenvolvimento da União Europeia.

Esta é a grande ambição que tenho para Portugal. A ambição, que desejo partilhada por todos os Portugueses, de uma nova geração que acredita no futuro do nosso País.

Corrigidos os graves desequilíbrios macroeconómicos, de que o País padecia, e feitas as reformas de que as nossas empresas mais precisavam, este é o tempo de definir metas e objectivos:

- Produtividade. Exportações. Investimento produtivo.

Aumentar a produtividade, fazer crescer as exportações, estimular o investimento produtivo são os novos compromissos colectivos em relação ao futuro.

Compromissos que queremos assumir de forma clara e quantificada, numa perspectiva de médio prazo. Compromissos que desejamos firmar com os agentes económicos e sociais num Contrato Social para a Competitividade e o Emprego. Compromissos que têm registado, da parte dos parceiros sociais, uma atitude responsável de disponibilidade e adesão. Compromissos que podemos assumir, com segurança, porque o trabalho de casa já foi feito.

Porque criámos um novo quadro de concorrência, facilitámos o investimento interno e externo, aprovámos um regime fiscal mais amigo das empresas, revimos processos de criação e licenciamento de empresas, mudámos a atitude paternalista do subsídio para o reconhecimento do mérito.

São objectivos ambiciosos mas que estão ao nosso alcance.

Primeiro, aumentar a produtividade é uma meta essencial. Temos de produzir mais, mas temos sobretudo de produzir melhor. Produzir mais quantidade mas sobretudo produzir maior valor. Só produzindo mais e melhor, tornaremos os nossos produtos mais competitivos. Só aumentando a produtividade podemos obter melhores salários. Só desta forma nos podemos afirmar num mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Segundo, fazer crescer as exportações é cada vez mais um objectivo para as empresas portuguesas. Estamos a conquistar quota de mercado, mas temos de ser mais ambiciosos. Um País como Portugal precisa que as suas exportações tenham um peso substancialmente maior na sua economia. Foi este o caminho seguido com sucesso por países europeus de dimensão semelhante à nossa. Tem de ser este também o caminho de Portugal.

Estimular o investimento produtivo é o terceiro grande objectivo a prosseguir.

Aumentar os níveis de investimento, mas principalmente melhorar a qualidade e a rentabilidade do investimento. Do investimento nacional e estrangeiro, mas sempre do investimento produtivo. Só este permite criar uma economia mais sólida, gerar mais riqueza, criar mais empregos e melhor remunerados.

Concretizar estes novos objectivos



Debate Mensal do Primeiro-Ministro na AR (Continuação)

Chegou o momento de acelerar o processo de privatizações que o Governo inscreveu no programa

é uma tarefa de todos e uma responsabilidade particular dos agentes económicos e sociais. Está perfeitamente ao nosso alcance eliminar 2/3 da diferença que na Europa nos separa dos melhores.

Agora, mais do que nunca, trata-se de afirmar uma nova ambição para Portugal

Tenho a certeza que ninguém se eximirá a este esforço colectivo. Espero espírito de abertura e de sentido de responsabilidade por parte dos parceiros sociais. Confio nas virtualidades da concertação social e num acordo social de médio prazo. Agora, mais do que nunca, trata-se de afirmar uma nova ambição para Portugal.

Senhor Presidente, senhores Deputados: Uma economia moderna e competitiva tem de assentar em dois pilares essenciais: na redução do peso do Estado; numa aposta determinada na ciência, na investigação e na inovação.

É chegado o momento de acelerar o processo de privatizações que o Governo inscreveu no seu programa. A subida do mercado de capitais e os processos de reestruturação que fizemos no último ano favorecem esta decisão.

Assim, durante este ano e até ao primeiro trimestre de 2005, avançaremos com as seguintes operações:

- Uma nova fase de privatização da EDP, reduzindo a posição directa do Estado até 10%;
- Primeira fase de privatização da REN, com a sua colocação em bolsa;
- Uma nova fase de privatização da GALP, com a sua introdução em bolsa;
- A privatização da Companhia das Lezírias;
- A privatização das OGMA;
- A colocação no sector privado de parte do capital Operador do Mercado Ibérico de Electricidade português.

Este é um sinal importante para os agentes económicos e também um contributo para o aumento da produtividade da nossa economia.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, investir na Sociedade do Conhecimento é outro pilar decisivo para ganhar o desafio do futuro.



Aprovámos recentemente o maior programa de investimento na ciência e investigação alguma vez realizado em Portugal.

O investimento total a disponibilizar é superior a 1000 milhões de Euros. Mais de 200 milhões de contos entre 2004 e 2006.

E ontem mesmo, de acordo com o que eu próprio havia prometido, o Conselho de Ministros aprovou o Mecenato Científico. Essa Proposta de Lei dará entrada na próxima semana nesta Assembleia.

Trata-se de conceder benefícios fiscais às empresas e às pessoas que invistam em ciência, tecnologia e investigação.

Assim, no que respeita ao IRC, um donativo concedido por uma empresa para um projecto de investigação corresponderá, para efeitos de determinação da matéria colectável, a um custo de 130%, ou seja, a empresa passará a beneficiar de um incentivo de 30%.

No que respeita ao IRS, a dedução à colecta será de 25%, sem limite, quando se trate de donativos a entidades públicas que façam investigação e terá como limite 15% da colecta quando se trate de donativos a entidades privadas.

Desta forma, o Estado incentiva a iniciativa privada a investir a sério em ciência e investigação.

É uma aposta estratégica. Uma

aposta nos nossos recursos humanos, no futuro de Portugal.

Senhor Presidente, senhores Deputados: sou dos que não esquecem os princípios e os valores. Para mim, a economia só faz sentido ao serviço das pessoas. A retoma e a competitividade são importantes, mas não mais do que simples instrumentos para a construção de um País com maior justiça social.

Preocupa-me o drama do desemprego. O drama dos que perderam o seu emprego ou não conseguiu ainda obter um posto de trabalho.

É fundamentalmente a pensar nesses nossos concidadãos que

estamos a governar. Nos jovens, nas mulheres, nos desempregados de longa duração.

É esta política económica que cria as condições para combater o desemprego, para gerar mais emprego, um emprego mais estável e melhor remunerado.

O tempo que vivemos não admite soluções fáceis. Exige medidas seguras. Uma economia fraca cria desemprego. Só uma economia sólida gera emprego.

O futuro que hoje estamos a construir é um futuro de estabilidade, de progresso e de maior bem-estar para todos. Um futuro de segurança para os mais velhos e de esperança para os mais jovens. Um futuro construído com alma, com ambição, com confiança em nós próprios e na nossa capacidade. Apostando nos Portugueses.

Trabalhando, como sempre, em nome de Portugal.

Aspectos mais destacados do debate: a refutação de afirmações do PS

Após as palavras do Primeiro-Ministro, que foram aplaudidas de pé pelas bancadas que apoiam o Governo, iniciou-se o debate, com a intervenção dos vários partidos, e na primeira ronda, com direito a replica e tréplica: nas duas ultimas rondas, apenas com perguntas e respostas.

A oposição tentou, por todas as formas, algumas assumindo características de falta de cortesia e escolha de termos que não se esperam de quem se sinta naquelas cadeiras, atacar a evidência apresentada pelo



Debate Mensal do Primeiro-Ministro na AR (Conclusão)

A Oposição não consegue esconder o mal-estar e o nervosismo que lhe causa a melhoria do País

Governo. Mas foi evidente para quem seguiu o debate, que foi derrotada em toda a linha.

O Secretário-Geral do partido Socialista, que procurou desvalorizar o sucesso dos recentes acontecimentos na ordem económica, teve de ouvir Durão Barroso perguntar-lhe se não achava que o resultado do défice inferior a 3% era ou não bom para Portugal e se recordava que só assim o processo contra Portugal na EU seria levantado, permitindo-nos a continuidade de acesso a fundos comunitários. “Ora” –disse – “se é bom para o País, porque será que não ouvimos uma única palavra de congratulação da Oposição? Ou será que o que é bom para o País é mau para a Oposição?”. Oposição que não consegue “esconder o mal-estar, o nervosismo que vos causa termos passado, em menos de dois anos, de 4,1% para 2,8%?”.

Quando o líder socialista continua a insistir na contracção da economia em 2003 e no diferencial para a Europa sabe – e se não sabe deveria saber – “... que há efeitos de uma política económica que se fazem sentir, um, dois, três anos depois (...) e que a política económica que estamos a seguir agora, vai ter os seus [plenos] efeitos positivos [não imediatamente] mas daqui a dois ou três anos (...) estamos em 2003 [e 2204] a sofrer os efeitos negativos da vossa ausência de rigor, da vossa ausência de coragem em levar a economia para diante.”.

Quando (...) estava no Governo, não sabia o que estava a fazer... e agora, na oposição, não sabe o que está a dizer!

Quando Ferro Rodrigues atribui ao actual Governo a responsabilidade da recessão de 1003, isso só demonstra que “... não entendeu nada do que se passou! Quando V. Exa. estava no Governo, não sabia o que estava a fazer... e agora, na oposição, não sabe o que está a dizer!”

E concluindo esta réplica, lembrou que “... todos os economistas sabem que, depois daquele período de consumo público e privado excessivo, de endividamento interno e externo, de desequilíbrios macroeconómicos,



teria necessariamente de seguir-se um período de ajustamento. Uma contracção da nossa economia era inevitável. O senhor sabe isso, se quiser ser honesto intelectualmente!!!”

“Por isso é que, quando V. Exa. insiste em que a recessão de 2003 é da responsabilidade do actual Governo, ignorando a política que está para trás, não está a ser sério do ponto de vista intelectual, não está a ser honesto do ponto de vista do debate político!”.

Temos de registar o que é positivo para o País. “Então” – perguntou – “não é notável que em ano e meio conseguíssemos reduzir o nosso défice externo de 9% para 3%? Isso representa uma grande força, uma grande capacidade da economia portuguesa? Demonstra que as nossas empresas se estão a adaptar... e V. Exa. diz que isso [a redução do défice externo] se deve a alguma recessão!!! E então o aumento das nossas exportações para Espanha? O aumento global das exportações portuguesas? Não deve ser lançado a crédito das nossas empresas, da sua capacidade, agilidade, adaptabilidade às novas circunstâncias da nossa economia?”

“É por isso que mais uma vez lhe digo, senhor Deputado Ferro Rodrigues, que não confunda sistematicamente as suas tarefas de oposição ao Governo (...) com a oposição ao País! Está a contrariar a vontade e a capacidade dos portugueses (...) no decorrer deste ano vai ter ocasião de registar sinais mais fortes e consolidados de retoma (...) só espero que [não façam com]

quando estavam no Governo e quando chegaram as más notícias, fugiram...e quando chegarem as boas notícias, não fujam a reconhecer que o País obteve bons resultados que todos nós devemos partilhar!”

Foi neste tom que continuou o debate, que teve momentos vivos, com a Oposição a tentar desvalorizar o trabalho que tem sido feito e o Governo a responder com factos indesmentíveis.

Uma das questões que foi mais uma vez abordada, foi a da obtenção do resultado do défice através das receitas extraordinárias, que a Oposição diz que “não contam”. Durão Barroso aproveitou a oportunidade para esclarecer, mais uma vez, a verdade sobre o assunto, começando por interrogar: “...É ou não é importante ficarmos abaixo dos 3%? E como o conseguiríamos sem receitas extraordinárias? Têm o dever de me dizer isso! Vão ter ocasião, ao longo do debate, de nos dizer, de dizer aos portugueses, como o fariam! Aumentavam os impostos? Quais? E se não aumentavam as receitas, quais as despesas que cortavam? Na Educação? Na Saúde? Onde é que cortavam?”

“Portanto se [estão contra] as medidas extraordinárias, que são reconhecidas como legítimas, transparentes e conhecidas por todos, vejamos o que nos dizem a esse respeito, o Banco de Portugal e a Comissão Europeia. O Banco de Portugal afirma que são ‘legítimas e aceites pelo EuroStat para efeitos de reporte do défice’ e a Comissão

Europeia: ‘... na análise ao Programa de Estabilidade (...) de forma a impedir o défice de ultrapassar o limiar dos 3% do PIB, sem adoptar uma posição orçamental restritiva desnecessárias e para ganhar tempo para permitir que as reformas estruturais em curso possam trazer os benefícios esperados em termos de redução de despesa, as autoridades portuguesas apoiaram-se pelo segundo ano [2002-2003] em medidas extraordinárias substanciais. Ou seja, a Comissão reconhece a necessidade, a legitimidade e a transparência das medidas...”

E a concluir esta fase do debate, afirmou, ainda dirigindo-se ao líder socialista e com vibrantes aplausos dos deputados da maioria: “ Senhor Deputado, o que sobressai da sua intervenção é o nervosismo. Por mesquinhez partidária, querem fazer passar a ideia de que o sucesso alcançado não é um grande sucesso de Portugal e dos portugueses”.

O tom do debate estava lançado e continuou assim até ao fim, com intervenções da oposição mais ou menos truculentas (o PS descobriu a palavra “manigância” e utiliza-a a propósito de tudo...) e as respostas incisivas e directas do Primeiro-Ministro, que ao sair tinha feiro a 14ª comparência ante a Assembleia, numa clara manifestação de respeito democrático pelo órgão legislativo eleito. Mais duas, em ano e meio, que o engenheiro Guterres em todos os seus seis anos de mandato... - Fontes: Portal do Governo, Canal Parlamento, Povo Livre.



Teresa Gouveia em Brasília e Bagdade

Relações bilaterais luso-brasileiras

A Ministra dos Estrangeiros, Teresa Gouveia, esteve em visita oficial no Brasil, tendo encontros políticos com altas personalidades governamentais brasileiras e com as comunidades portuguesas ali fixadas. Foi também recebida pelo Presidente Lula da Silva, com quem trocou impressões, principalmente sobre o desenvolvimento dos assuntos em curso desde a visita do Chefe de Estado brasileiro a Portugal. A chefe da diplomacia portuguesa esteve em São Paulo, Rio de Janeiro e finalmente em Brasília.

Em S. Paulo, defendeu que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deve ser mais interveniente, ser mais dinâmica e ter uma palavra a dizer nas questões internacionais, num encontro informal com jornalistas.

“Um dos assuntos de que falarei com o meu homólogo brasileiro será o modo como Portugal e o Brasil podem dinamizar a actuação da CPLP, chamando-a a ter um papel mais activo nas questões internacionais, como por exemplo Timor-Leste e Guiné-Bissau”, assinalou afirmando que a CPLP “tem uma voz que deve ser ouvida internacionalmente”.

Durante o encontro com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmim, Teresa Gouveia defendeu e venceu que Portugal pode e deve ser a porta de entrada para as empresas brasileiras interessadas no mercado europeu.

“Na era da globalização, a última fronteira é a língua. A Europa fala português através de Portugal. Esse é um activo importante para as empresas brasileiras”, disse a Ministra, que convidou o governador de São Paulo a conhecer as “condições atractivas” oferecidas por Portugal para receber investimentos brasileiros.

Por seu lado Geraldo Alckmim, referindo o investimento português no Brasil, afirmou que, embora Portugal já tenha «investido muito em São Paulo, sobretudo em energia, telecomunicações, auto-estradas, comércio e turismo, ainda

há possibilidade de fazer crescer esse intercâmbio”, ao que a chefe da diplomacia portuguesa respondeu que 26 por cento dos investimentos directos de Portugal no estrangeiro estão já no Brasil e a maior parte em São Paulo.

“Depois de um ciclo de grandes investimentos, agora estamos

intercâmbio cultural, dos quais se destaca possível empréstimo do acervo histórico e etnográfico de Portugal ao Museu da Cidade, que vai ser construído no Palácio da Cidade, antiga sede da Prefeitura de São Paulo, e ao Museu Afro-brasileiro.

Marta Suplicy demonstrou



numa segunda vaga de pequenas e médias empresas portuguesas interessadas em investir no Brasil”, assinalou Teresa Gouveia.

A ministra e o governador de São Paulo discutiram também a visita que o Primeiro-Ministro Durão Barroso fará ao Brasil, entre os dias 8 e 9 de Março, para participar na próxima cimeira luso-brasileira e a ministra mostrou-se igualmente interessada no projecto do Governo de São Paulo para a construção da “Estação Luz da Nossa Língua”, projecto orçado em oito milhões de euros, que vai transformar a Estação da Luz, um marco histórico da cidade de São Paulo, construída em 1901, num centro internacional de referência da língua portuguesa.

“Acho possível Portugal participar nesse projecto por meio do intercâmbio de universidades para cursos de formação de professores”, afirmou a ministra.

No primeiro compromisso oficial, Teresa Gouveia esteve com a Perfeita de São Paulo, Marta Suplicy, para discutir projectos de

português e que podem representar os interesses brasileiros na União Europeia”, disse a governante portuguesa.

A ministra considerou igualmente que “o reforço das relações bilaterais pode ser instrumental para ambos os países” e defendeu que as relações “devem ser vistas em termos de futuro”.

Teresa Gouveia recordou as facilidades que o governo de Portugal está a conceder a investidores estrangeiros, nomeadamente incentivos fiscais, mão-de-obra qualificada, baixos custos de produção, comparados com resto da Europa, e a criação da Agência de Investimento Estrangeiro, que lidera a relação com os investidores.

Na quarta-feira e já no Rio de Janeiro e falando durante uma recepção, promovida pelo Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, que reuniu centenas de portugueses e luso-descendentes no Palácio de São Clemente, Teresa Gouveia fez uma homenagem à comunidade portuguesa em nome do Governo português.

“A comunidade portuguesa do Rio de Janeiro é consolidada como nenhuma outra no Brasil. São várias instituições importantes de cunho cultural e cívico, de grande relevo político, que divulgam e dignificam Portugal”, disse, apelando aos representantes da comunidade empresarial no Rio de Janeiro que apoiem eventos culturais que promovam a “imagem de um Portugal moderno”.

No seu discurso, a ministra defendeu uma maior integração entre o Brasil e Portugal, nomeadamente no campo económico, onde já têm posições em entidades como o Mercosul e a União Europeia. “Os dois países têm caminhos próprios, mas que se completam”, afirmou.

Mais tarde, na visita ao Instituto Português de Leitura, Teresa Gouveia lembrou que “A língua portuguesa tem importância estratégica e adquire cada vez maior relevância política no mundo globalizado”.

A Ministra dos Estrangeiros

igualmente interesse em dar prosseguimento ao acordo de cooperação técnica entre São Paulo e Lisboa para a revitalização de seu centro histórico, a exemplo do Chiado, em Lisboa.

Ainda em São Paulo e antes de seguir para o Rio de Janeiro, a Ministra dos Negócios Estrangeiros reuniu-se com dezenas de empresários brasileiros e portugueses, num almoço organizado pelo Banco Itaú, que detém 16 por cento do capital do Banco Português de Investimentos (BPI).

Convite aos empresários brasileiros a investir em Portugal

Teresa Gouveia convidou os empresários brasileiros, muitos deles com projectos para o território português, a investir em Portugal como forma de acesso ao mercado da União Europeia.

“Portugal é uma comunidade de 10 milhões de habitantes que falam

Teresa Gouveia em Brasília e Bagdade (Conclusão)

Numa breve visita ao Iraque a MNE manteve contactos com a Administração Provisória e a GNR

salientou que entre as línguas europeias o português é a terceira língua mais falada no mundo, a seguir ao castelhano e ao inglês, além de ser "... língua oficial em 8 países e 12 organizações internacionais, desde a União Europeia, passando pela Organização dos Estados Americanos e pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)", referiu, para afirmar que "A forte presença das comunidades portuguesa e brasileira espalhadas pelo mundo são outro factor de expansão e afirmação da língua".

Os elos de ligação dessas comunidades, segundo a Ministra, serão reforçados ao mesmo tempo que é promovido o reconhecimento da sua contribuição nos países de acolhimento.

"A defesa desse património de valor incalculável passa também, em grande medida, pelo reforço político da CPLP, como organismo inter-regional. A sua presença no mundo, a sua utilidade como instrumento político para os estados que a constituem, reside na língua", disse a ministra.

"A integração de Portugal na Europa, o crescente papel do Brasil na comunidade internacional, a importância dos estados africanos, a singularidade de Timor-Leste têm vindo a contribuir para reforçar a importância política do português que poderá ter um progresso significativo no século XXI", afirmou, pois "A comunidade lusófona é muito mais do que uma comunidade política. Tem uma dimensão espiritual muito acentuada e tem a língua portuguesa como a sua fronteira", disse.

A ministra destacou ainda a importância do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e disse que a instituição tem o apoio do Governo português para transformar-se no primeiro centro cultural português fora de Portugal.

Fundado em Maio de 1837, o edifício do Real Gabinete, projectado pelo arquitecto português Raphael da Silva e Castro, é considerado uma das jóias arquitectónicas do Rio de Janeiro.

Segundo o actual Presidente da instituição, António Gomes da Costa, o Real Gabinete tem actualmente um acervo de 350 mil

exemplares bibliográficos, entre eles raridades como uma edição de "Os Lusíadas" de 1572, e as "Ordenações de D. Manuel", de 1521.

Contactos com a comunidade portuguesa

Durante a visita ao Real Gabinete, Teresa Gouveia foi homenageada por diversas instituições portuguesas no Rio de



Janeiro, entre elas o Clube Vasco da Gama, bem como as casas do Porto, de Portugal, do Minho e das Beiras.

A chefe da diplomacia portuguesa visitou também hoje o Clube Ginástico Português, uma das instituições recreativas mais antigas da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro.

Fundada em 1869, o Ginástico, actualmente com seis mil associados, foi o primeiro clube da América do Sul a construir uma piscina suspensa, com 25 metros de comprimento, em 1938.

Teresa Gouveia participou também num almoço com o vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, e com personalidades da vida cultural, como o presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Alberto Costa e Silva.

"Tivemos uma troca de impressões sobre as questões culturais e formas de alargarmos o intercâmbio entre Brasil e

Portugal", referiu a Ministra no final.

Ao fim do dia, Teresa Gouveia embarcou para Brasília onde participou à noite, numa recepção no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para no dia seguinte ter o encontro formal com seu homólogo, Celso Amorim que encerrou o programa formal da visita.

Essa reunião foi seguida de um almoço oferecido pelo MNE brasileiro, seguindo-se a

Março em Brasília e que trará ao Brasil o Primeiro-Ministro Durão Barroso.

Do encontro saiu ainda decisão de criar um grupo de trabalho destinado a desenvolver as relações económicas bilaterais que poderá reunir a curto prazo mesmo antes da cimeira, tendo já em agenda prévia o acordo de protecção de investimentos, assinado no início da década de 90 mas ainda não ratificado pelo Congresso brasileiro.

Já no fim do dia a MNE portuguesa teve um encontro com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, o que marcou o termo da sua visita oficial ao Brasil. –

Fonte: Lusa

Teresa Gouveia no Iraque, visita Bagdade e Nassiriyah

Já de regresso do Brasil, Teresa Gouveia deslocou-se, no dia 18, quarta-feira ao Iraque, numa rápida missão de trabalho, na qual manteve contactos com a administração provisória do país, em Bagdad, e visitando, depois, os militares do contingente da GNR em missão em Nassiriyah.

A estada de quarta-feira em Bagdad, durou oito horas e não se limitou à chamada "Zona Verde" da capital iraquiana, onde se concentram os edifícios administrativos do território, tendo Teresa Gouveia visitado os ministérios do Planeamento e dos Negócios Estrangeiros, fora daquele perímetro de segurança máxima.

A divulgação da visita da ministra portuguesa, à semelhança do que tem acontecido com visitas ao Iraque de responsáveis governamentais de outros países, foi mantida em segredo até ao dia 19, por questões de segurança.

Teresa Gouveia, à partida para Portugal, manifestou-se confiante que a futura constituição do Iraque contemplará os princípios essenciais da democracia, das liberdades individuais e das minorias, bem como grandes valores do islamismo.

Fonte: Lusa



Mota Amaral em Timor-Leste

Forte contributo para a comunidade Lusófona

O presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, esteve em Timor-leste durante quatro dias, na segunda semana deste mês numa visita oficial para “estreitar os laços com os parlamentos dos países de língua oficial portuguesa”.

Num encontro com jornalistas antes da partida, Mota Amaral destacou que esta visita se destina também a retribuir a do presidente do Parlamento timorense, Francisco Guterres, a Portugal, em Outubro de 2002.

“É com muito gosto que vou dirigir esta delegação portuguesa da Assembleia da República ao mais jovem país do mundo”, sublinhou Mota Amaral, destacando “as relações históricas e os objectivos comuns” dos dois países.

Com o presidente da Assembleia da República viajaram os líderes parlamentares dos partidos da maioria, Guilherme Silva (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), bem como a deputada socialista Maria Santos e o parlamentar do PCP Rodeia Machado.

A presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Timor-Leste, a deputada do PSD Natália Carrascalão, integrou também esta comitiva.

Durante a visita oficial, Mota Amaral encontrou-se com o seu homólogo timorense, Francisco Guterres, com o presidente da República, Xanana Gusmão, com o primeiro-ministro Mari Alkatiri, com o administrador apostólico de Baucau, o bispo D. Basílio do Nascimento, e com o representante do secretário-geral da ONU em Timor-Leste, Kamallesh Sharma.

Para lá dos encontros oficiais, Mota Amaral visitou o cemitério de Santa Cruz, local do massacre que trouxe o caso de Timor-Leste para a ribalta internacional, a unidade da GNR que se encontra no país em missão de cooperação e manutenção de paz e a escola portuguesa de Balide.

Nesta escola, o presidente da Assembleia da República fez a entrega de um conjunto de livros em português.

Durante a visita, foi divulgado um protocolo já previamente assinado com o Instituto Camões que prevê o envio de novos professores de português aquele País lusófono. “É muito importante que as gerações criadas durante a ocupação indonésia aprendam a falar português”, destacou



Mota Amaral.

Outro protocolo, este de cooperação técnica entre os parlamentos de Portugal e Timor-Leste, será também confirmado e alargado, permitindo continuar a enviar técnicos da Assembleia da República para “ajudar a pôr de pé” os serviços do parlamento timorense.

Mota Amaral leva ainda um presente especial para o Presidente do Parlamento timorense, uma Constituição da República de Timor-Leste em português e em tétum, as duas línguas oficiais do novo Estado.

Um dos pontos altos da visita foi a presença do Presidente da Assembleia da República portuguesa ao Parlamento Nacional timorense, no decorrer da qual o seu homólogo, Francisco Guterres “Lu-Olo”, classificou hoje como “histórica” esta visita oficial.

“Trata-se de uma visita histórica,

porque, como se sabe, Portugal sempre se empenhou ao lado do povo de Timor-Leste durante os 24 anos de ocupação indonésia”, disse Francisco Guterres, salientando que a questão timorense “foi sempre uma causa nacional dos portugueses”.

“Gostava que todos os portugueses partilhassem esta alegria”, sublinhou Francisco Guterres.

Esta visita de João Bosco Mota Amaral, a primeira de um presidente de um parlamento nacional a Timor-Leste desde que o país proclamou a independência em 20 de Maio de 2002, foi marcada pelo reforço das relações entre as duas assembleias.

“Já assinámos dois protocolos de cooperação e vamos agora assinar um terceiro para reforçar aqueles dois documentos”, disse Francisco Guterres, vincando que esta visita do seu “amigo pessoal” Mota Amaral “é

também uma visita de amizade”.

O Parlamento Nacional de Timor-Leste tem 88 deputados em representação de 12 partidos políticos e um candidato independente, António Lelan, eleito pelo círculo do distrito de Oecussi.

No seu discurso, o presidente do Parlamento timorense, Francisco Guterres destacou que a opção pela língua portuguesa e a sua consolidação “constituem um dos pilares fundamentais da existência dos timorenses como povo”.

“A consagração constitucional do português como língua oficial, a par do tétum, foi uma opção política de natureza estratégica e reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs no mundo”, acrescentou “Lu-Olo”, que considerou a manutenção dessa identidade “vital para consolidar a soberania nacional”.

Considerando uma “honra” receber Mota Amaral, o presidente do PN salientou que “o dia de hoje representa um marco histórico para este Parlamento e para Timor-Leste”.

“A nossa satisfação - faço eco do sentimento generalizado desta casa - é enorme. Porque é a primeira vez que o PN recebe um presidente de um parlamento estrangeiro e porque é a primeira vez que Timor-Leste independente recebe a visita de um titular de um órgão de soberania português”, disse, para em seguida historiar as acções que Portugal e o parlamento português desenvolveram em prol da luta pela restauração da independência timorense. Salientou ainda que país enfrenta agora o “decisivo desafio da sua independência (...), o desafio da estabilidade política, da consolidação das instituições democráticas, do progresso económico, da estabilidade social”.

Mota Amaral, numa intervenção muito aplaudida pelos deputados timorenses -, salientou que estar em Timor-Leste como Presidente do parlamento português constitui uma “enorme honra pessoal, das maiores” desde que assumiu o cargo.

Depois de enaltecer as virtudes do diálogo parlamentar, que disse “contribuir para o fortalecimento da comunidade lusófona”, Mota Amaral, numa passagem improvisada ao lado do texto oficial do seu discurso, formulou o voto de que não esteja “longe o dia em que a CPLP passará a estar dotada, mediante a

Mota Amaral em Timor-Leste (Conclusão)

Sessão solene no Parlamento de Dili visita a comunidades rurais e aos efectivos da GNR

alteração do seu tratado fundador, de uma assembleia parlamentar” esclareceu que esse órgão - a Assembleia Parlamentar - serviria para se efectuar o “controlo democrático das actividades da CPLP”.

O presidente da AR também se referiu ao período da ocupação indonésia, observando a propósito que a restauração da independência “constituiu exemplo para o mundo”. “Para Portugal esta foi também uma causa muito nobre”, acrescentou Mota Amaral, recordando o envolvimento da sociedade portuguesa, que classificou como dos acontecimentos “mais marcantes e mobilizadores que Portugal viveu nos últimos anos”.

“Perante a subjugação e a assimilação forçada a que o povo timorense foi sujeito, perante a imposição da administração e da língua da potência ocupante, a resistência nacional timorense adquiriu contornos épicos”, disse, concluindo que a “maior prova do sucesso da luta pela independência é a existência e vitalidade do PN, representando o povo independente de Timor-Leste”, explicou. Por essa razão, disse ser “firme propósito da AR continuar a colaborar com o povo irmão de Timor-Leste, através do seu parlamento democraticamente eleito”.

No hemiciclo, estavam presentes, além do embaixador de Portugal, Rui Quartin dos Santos e restante equipa da representação diplomática portuguesa, o administrador apostólico de Baucau e Dili, D. Basílio do Nascimento, o chefe do Estado-Maior das FDTL, general Taur Matan Ruak, e o presidente do Tribunal de Recurso, Cláudio Ximenes, entre outros convidados.

Na visita ao destacamento da GNR e em Bazartete

Vivas ao Infante D. Henrique e à Igreja Católica pontuaram o texto que crianças de Taibesse, bairro de Dili, leram ao presidente da Assembleia da República portuguesa, durante a visita que fez ao batalhão português estacionado em Timor-Leste.

A curta récita colheu de surpresa a comitiva parlamentar portuguesa e além da leitura do texto, o grupo de crianças envergando trajes tradicionais da escola de Taibesse, um bairro perto de Becora, onde parte do

batalhão português está aquartelado, dançou e cantou para os parlamentares portugueses e convidados.

A cerimónia encerrou o segundo dia visita e foi precedida pela passagem pelo sub-distrito de Bazartete, em Liquiça, onde a



população se concentrou para dar as boas-vindas à comitiva portuguesa.

Para Mota Amaral, esta vinda a Bazartete, pequena aldeia a apenas 30 quilómetros de Dili, mas que se alcança após uma dura viagem em veículos “todo-o-terreno”, montanha acima, num percurso acidentado de cerca 90 minutos, representou “conhecer outro Timor-Leste, também cheio de necessidades”.

As dificuldades são ilustradas pelas muito poucas casas de pedra existentes, devido ao elevado custo da areia, que tem de vir da ribeira de Bazartete, no sopé da montanha, pelo que a alternativa é a utilização do bambu e a cobertura com chapa de zinco. É, como diz Mota Amaral, um outro Timor-Leste que se abre aos olhos de quem chega a Bazartete, onde também há interrupções frequentes no abastecimento de energia eléctrica.

Mota Amaral ofereceu às crianças da aldeia 14 bolas de futebol com o logotipo do Euro2004 e caixas de lápis, que entregou à Irmã Ana Pina, há sete meses em Bazartete, onde ensina português e que, juntamente com outras duas religiosas, uma

espanhola e uma japonesa, integra a congregação das Escravas do Sagrado Coração. Questionada sobre quanto mais tempo permanecerá, dá a resposta que uma religiosa está habituada a dar: “O que Deus quiser!”.

Antes de abraçar a vida religiosa,

Oriental (EastBatt).

Fora do âmbito das Nações Unidas, em funções relacionadas com a cooperação técnico-militar, 13 oficiais e sargentos portugueses apoiam a formação das Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL). No total, as forças armadas portuguesas manterão em Timor-Leste, no âmbito da ONU, até Maio próximo, 522 militares.

No fim da visita oficial

A segunda figura do Estado português, já fim da parte oficial da visita, falou à imprensa após os encontros que manteve com o Primeiro-Ministro timorense Mari Alkatiri e com o representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kamallesh Sharma.

Relativamente ao encontro com Mari Alkatiri, Mota Amaral disse ter sido “extremamente interessante”, pois o Primeiro-Ministro “fez uma exposição sobre os grandes objectivos de desenvolvimento que o governo pretende levar a efeito”, disse o presidente da Assembleia da República portuguesa.

“Estamos convencidos que Timor-Leste está no bom caminho do desenvolvimento e na luta contra a pobreza e a doença. As autoridades timorenses contam com o apoio da população e também com o apoio dos países amigos e aliados”, acrescentou.

Relativamente ao encontro com Kamallesh Sharma, o presidente do parlamento português relatou que o representante especial de Kofi Annan em Timor-Leste “deu conta dos esforços que realiza na sua missão”.

“Portugal apoia a pretensão das autoridades de Timor-Leste para que a UNMISSET seja prolongada por mais um ano e esperamos que a presença da ONU seja garantia de estabilidade para o país e que o seu apoio técnico ajude a resolver os problemas de desenvolvimento que o país enfrenta”, concluiu.

Mota Amaral terminou a primeira parte deste dia encontrando-se com o administrador apostólico de Dili e Baucau, D. Basílio do Nascimento.

À tarde, Mota Amaral visitou a Escola Portuguesa de Balide, o Centro de Ensino à Distância, nas instalações do Banco Mundial, onde inaugurou o Curso em Técnicas Documentais, no âmbito do Programa de Cooperação Luso-Timorense, em Dili.

A delegação portuguesa deixou Timor-Leste ao fim da manhã de quinta-feira. – **Fonte: Lusa**

Convocatórias de 25 de Fevereiro de 2004



CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco, para uma reunião extraordinária a realizar no dia 1 de Março de 2004, pelas 20h30, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Diagnóstico da situação política do concelho;
- 2- As Comunidades Urbanas;
- 3- Estratégia para as Eleições Autárquicas;
- 4- Outros assuntos considerados de interesse.

NOTA: Se na data e na hora marcadas não estiverem presentes no local a maioria dos militantes, fica desde já convocada nova Assembleia que se realizará com qualquer número de presenças meia hora mais tarde com a mesma ordem de trabalhos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2004 (sábado), pelas 20h30 na sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Relatório de Contas referente ao ano de 2003;
- 2- Análise da situação Política;
- 3- Outros assuntos de interesse.

DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 19 de Março de 2004, pelas 21h00, no Centro Cultural de Campos, Vila Nova de Cerveira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

Nota: A Assembleia Distrital contará com a presença do Secretário Geral do PSD, Dr. José Luís Arnaut.

ERRATA

Por lapso dos Serviços do Povo Livre, não foi publicada no mês de Janeiro a convocatória de Amarante, que a título excepcional publica-se agora.

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2004, pelas 20h00, na sede concelhia, sita no Edifício do Salto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da Secção

de Amarante.

Nota: As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede de secção, sita na morada acima referida.

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa, para reunir no próximo dia 6 de Março de 2004, sábado, pelas 21h00, na sede do Partido, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, 3-1º, em Lagoa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação das Contas referentes ao ano de 2003;
2. Outros assuntos que sejam da competência da Secção.



LOUSADA

Ao abrigo do artigo n.º 29, Título IV dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da JSD – Lousada, para um plenário desta secção, a realizar no próximo dia 27 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD – Lousada, sita na Travessa de S. Sebastião – Silvares - Lousada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Aprovação do Núcleo da Freguesia de Nespereira;
- 3- Análise da Situação Política.

CONSELHO DISTRITAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo no disposto nos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião do Conselho Distrital da JSD/ Castelo Branco, para reunir no próximo dia 19 de Março de 2004, pelas 21h30, na Sede da JSD Distrital em Castelo Branco, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Aprovação de Legislação Específica da Secção do Fundão: Regulamento Interno e Código de Militante.

CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco reunião do Conselho Distrital de Viseu da JSD, para o próximo dia 28 de Fevereiro de 2004, pelas 15h00, na Casa do Povo de Resende, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas da Comissão Política Distrital relativo ao mandato de 2003;
- 3- Análise da Situação Política;
- 4- Outros Assuntos.

Convocatórias de 3 de Março de 2004



CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Castelo de Castelo de Vide do PSD, para reunir no próximo dia 2 de Abril de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Carreira de Baixo, 13 1º em Castelo de Vide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação e aprovação das contas do ano de 2003;
- 3- Análise da situação Político-partidária.

DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, para reunir em sessão plenária, no dia 8 de Março de 2004, segunda-feira, pelas 21h30, no Auditório da Associação Empresarial de Penafiel, sito à Rua D. António Ferreira Gomes (ao Sameiro), Penafiel, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação do Relatório e Contas referentes ao ano de 2003;
2. Discussão e aprovação do Orçamento para o ano de 2004;
3. Análise da situação Política.

Nota: O Relatório e Contas referentes ao ano de 2003 e Orçamento para 2004, encontram-se disponíveis a partir de 3 de Março de 2004, na sede Distrital do PSD Porto.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário Concelhio do PSD de Lousada, para reunir no próximo dia 26 de Março de 2004, sexta-feira, pelas 21h00, na sede Concelhia sita à Travessa de S. Sebastião, Vila de Lousada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas referentes ao ano de 2003;
2. Análise da situação política.

QUINTA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de

Militantes do Núcleo do PSD da Quinta do Conde, para reunir em secção ordinária, no próximo dia 12 de Março de 2004, sexta-feira, pelas 21h30, na sede do Partido, sita na Rua António José de Almeida, lote 1079, em Quinta do Conde 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Aprovação das Contas de 2003.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2004, sábado, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua da República, nº20 -1º Esq, em Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Aprovação das Contas referentes ao exercício de 2003;
- 2- Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2004;
- 3- Informação e Análise da Situação Político-Partidária.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, para reunir no dia 4 de Março de 2004 (quinta-feira), pelas 20h30, na sede da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, sita na Rua da Praia, nº63, 2600-233 Vila Franca de Xira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação, discussão e aprovação do relatório de contas referentes ao ano de 2003;
- 2- Apresentação, discussão e aprovação do orçamento para 2004.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, para reunir no dia 4 de Março de 2004 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, sita na Rua da Praia, nº63, 2600-233 Vila Franca de Xira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Aquisição da nova sede- Ponto de situação;
- 3- Análise da situação Político-partidária.



Seminário sobre o Futuro da Política de Coesão

Sérgio Marques:

“A Europa ou é coesa ou não se fará”



O Deputado do PSD Sérgio Marques considerou, no encerramento do Seminário sobre o Futuro da Política de Coesão, que teve lugar em Bruxelas, que “não há União Europeia viável assente em desequilíbrios regionais excessivos. E estes serão enormes depois do alargamento. A Europa ou é coesa ou não se fará”.

Ao apresentar as conclusões deste seminário, no qual participaram também o Comissário Michel Barnier, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal Carlos Costa Neves e o Ministro dos Assuntos Europeus da Irlanda, Sérgio Marques salientou que a política de coesão económica e social “é um factor crucial para promover a identificação dos cidadãos com o ideal europeu”.

Sérgio Marques referiu igualmente as razões económicas que “justificam e dão sentido à política de coesão. Há um imenso potencial de desenvolvimento nas Regiões mais desfavorecidas que tem de ser aproveitado. Se o conseguirmos é o todo da União Europeia que beneficia e não apenas as suas regiões mais desfavorecidas.

Por outro lado, a política de coesão tem excelentes resultados para apresentar. A convergência com a média europeia de países como a Espanha, Grécia e Portugal tem sido notória. Isto para não falar da Irlanda, que representa bem qual deve ser o objectivo último da política de coesão: deixar um dia de ser necessária como consequência do seu sucesso”.

Proposta da Comissão é positiva

Referindo-se à proposta apresentada pela Comissão Europeia relativa ao futuro da política de coesão, Sérgio Marques classificou-a de “muito positiva porque concretiza a ideia de solidariedade concentrando 78% dos recursos nas regiões mais desfavorecidas e porque dá uma solução satisfatória às regiões que deixam o Objectivo 1 como

consequência do efeito estatístico”.

Sérgio Marques afirmou que “impõe-se, por isso, felicitar o Comissário Barnier e a Comissão Europeia, que não tiveram o caminho facilitado já que não foram poucas as vezes que advogaram o esvaziamento e a renacionalização da política de coesão económica e social”.

Mas, para o Deputado social democrata, a proposta da Comissão é também positiva por dar “prioridade aos novos Estados Membros não esquecendo os défices de coesão ainda existentes na actual União Europeia a 15, os quais poderão mesmo aumentar como consequência das dinâmicas induzidas pelo alargamento, e também porque coloca a política de coesão ao serviço da realização da estratégia de Lisboa que tem por grandes objectivos o crescimento económico, o pleno emprego, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável, tendo por base uma sociedade do conhecimento e da informação. Conjugam-se, assim, equilibradamente, competitividade e coesão. A coesão não prejudica a competitividade, pelo contrário, estimula-a”.

Sérgio Marques salienta ainda que a proposta da Comissão “considera a problemática específica das regiões com ‘handicaps’ permanentes (Regiões Ultraperiféricas, ilhas, montanhas, regiões de baixa densidade demográfica) e simplifica, desburocratiza e descentraliza os procedimentos de gestão dos Fundos Estruturais”.

Sérgio Marques, para quem a Comissão “revela visão e ambição de prosseguir o interesse comum dum Europa mais coesa ao reforçar os recursos financeiros afectos à política de coesão em mais de 30%”, manifestou ainda a vontade forte “de que o Conselho partilhe esta visão e ambição”.

Regiões Ultraperiféricas

Quanto às Regiões Ultraperiféricas, Sérgio Marques salientou que estas são “de entre todas as regiões europeias da União a 15 ou a 25 países, aquelas que mais dificuldades sentem para se integrarem e aproveitarem positivamente as oportunidades desencadeadas pelas dinâmicas fortemente competitivas do Grande Mercado Interno, da União Económica e Monetária, da Estratégia de Lisboa e do próximo alargamento.

Fundamentam esta situação, a acumulação de factores geográficos permanentes, como o seu grande isolamento, insularidade, clima e orografia difíceis, reduzida dimensão do

território e excessiva dependência de uma actividade (agricultura ou turismo)”.

Para Sérgio Marques, “esta especificidade das RUP’s condiciona muito negativamente o seu desenvolvimento e coloca-as numa situação de desvantagem concorrencial relativamente às restantes regiões. O artigo 299º, nº2 dos Tratados reconheceu esta especificidade muito própria das RUP’s, impondo como consequência um tratamento especial a estas regiões por parte da União Europeia, em áreas como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal, as zonas francas, mas também no que concerne ao seu acesso aos Fundos Estruturais”.

Para Sérgio Marques, “as taxas de participação superiores às das

restantes Regiões Objectivo 1 e Programas de Opções Específicas (POSEI) têm reflectido esse tratamento especial que se deve manter e reforçar no âmbito da futura política de coesão económica e social”, sendo que esse tratamento especial “tem de expressar-se também numa solução justa e diferenciada para aquelas RUP’s que, por efeito natural ou estatístico, venham a ultrapassar os 75% da média comunitária em termos de PIB per capita”.

Sérgio Marques considerou ainda que “a política de coesão económica e social estaria, assim, em condições de prosseguir nestas regiões longínquas uma acção destinada a promover a solidariedade para a competitividade, a garantia da igualdade de oportunidades para os cidadãos e empresas e a promoção do ideal e da cidadania europeia”.

Bruxelas, 26 de Fevereiro de 2004

Carlos Coelho apoia protocolo relativo à luta contra a poluição no Mediterrâneo



O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou hoje, em Estrasburgo, “a adesão da Comunidade ao **Protocolo relativo à cooperação em matéria de luta contra a poluição do Mar Mediterrâneo**, que é um dos protocolos à Convenção de Barcelona (iniciativa de base regional, à qual aderiram 14 países mediterrâneos). Portugal, acrescentou o Deputado, tendo em conta o seu vasto litoral, não poderá nunca deixar de apoiar quaisquer iniciativas que promovam uma

cooperação internacional com vista à prevenção e ao combate contra a poluição marítima”.

Lembrando que, “nas últimas décadas, assistimos a diversas catástrofes ambientais, como o naufrágio do ‘Prestige’, na costa da Galiza, com consequências terríveis para a poluição marítima”, Carlos Coelho salientou “a necessidade dum cooperação internacional, pois **nenhum Estado está em condições de combater sozinho as consequências de um grande acidente de poluição marítima**, a qual deverá ter como objectivo uma prevenção e um combate eficaz contra a poluição marítima”.

No que diz respeito à sua compatibilidade com a legislação comunitária, Carlos Coelho considerou “**não existir qualquer problema, pois a legislação comunitária é ainda mais rigorosa do que o Protocolo**, uma vez que a Comunidade tem vindo a intensificar e reforçar a sua acção no domínio da prevenção e do combate à poluição marítima, sendo exemplo disso as iniciativas aprovadas na sessão Plenária passada”.

A Diferença



É público há várias semanas que o Presidente da JSD é cabeça de lista à Junta de Freguesia de Darque.

A Vila de Darque é das maiores freguesias no Distrito de Viana do Castelo e viverá no próximo dia 14 de Março uma eleição intercalar. Foi lá que o Jorge Nuno viveu os seus primeiros anos. Assim, quando as bases da JSD e do PSD lhe pediram o sacrifício de lutar por aquela terra, o Presidente da JSD respondeu: “Sacrifício?! Será uma honra!”

Esta coragem e predisposição para o combate só podem encher de orgulho toda uma estrutura que desde a fundação tem a vocação autárquica no seu código genético.

E tanto mais arrojada é esta batalha abraçada pelo Jorge Nuno se atendermos a que se trata de um local que tem sido partilhado por socialistas e comunistas, e onde o PSD apenas ganhou uma vez desde o 25 de Abril.

Tal como em todos os momentos-chave do seu mandato na CPN, foram muitos os que o desaconselharam a assumir mais um risco: que um Deputado está acima da luta por uma freguesia; que não era dignificante para o líder da JSD ser Presidente de Junta; que a probabilidade de perder é grande; que não ia ter tempo para exercer as suas funções, etc. A tudo isto respondeu com a mesma atitude de sempre: “se é difícil, vamos em

frente!”

Quem conhece este vosso Director de Informação bem sabe que eu não seria tão brando: diria, em primeiro, que “indignificante” é achar indigna uma candidatura para melhorar a terra que nos viu crescer. Diria também que não tem lugar na política quem acha que um Deputado se suja ao concorrer a uma Junta e que dos cobardes só rezam as más histórias!

Diria mais: fugir a lutas difíceis ou a combates aparentemente menores é uma grave afronta à nossa bandeira. E mais ainda: não pode o Presidente da JSD alertar, como tem feito, o Partido para a nossa vocação autárquica e depois se negar a dar o exemplo!

Quanto à falta de tempo, o dia tem 24 horas para todos, mas uns sabem aproveitá-las melhor que outros...

Que o exemplo do Jorge Nuno se estenda a todos nós: quando muitos apenas se empenham em lutas fratricidas, ele vai para a rua mostrar o que é mesmo a política.

E enquanto a Secretária-Geral da JS se coloca em bicos de pés para um lugar na Europa, o Jorge Nuno dá a cara por uma Junta de Freguesia: esta é a diferença que separa o trigo do joio!

Dizia o poeta Couto Viana: “A minha geração fugiu à guerra, por isso a paz que traz não tem sentido” – Jorge Nuno, tu não fugiste à guerra por isso toda a paz que conseguires para Darque fará todo o sentido para as suas gentes.

No dia 14 terás mais uma prova de fogo: boa sorte... Presidente!

Paulo Colaço
Director de Informação da CPN

Carlos Coelho debateu Futuro da Europa - Uma iniciativa da Secção H de Lisboa

O “Papel de Portugal numa Europa de Futuro” foi o tema da conferência realizada no passado dia 6 de Fevereiro (sexta-feira), pelas 21H30 horas, na Secção H de Lisboa.

Esta iniciativa conjunta da JSD e PSD locais teve como orador convidado o Eurodeputado e Presidente Honorário da JSD Carlos Coelho.

Carlos Coelho abordou com os presentes os mais relevantes desafios que se colocam a uma Europa “maior” e a um Portugal que se deseja mais competitivo.

Cerca de 60 pessoas estiveram presentes nesta iniciativa, tendo colocado questões bastante pertinentes sobre a actualidade europeia.



Festa da JSD/Parede

Terá lugar já no próximo fim-de-semana a FESTA LARANJA. Esta iniciativa da Secção da Parede da JSD pretende promover o convívio entre os nossos militantes e simpatizantes.

O evento tem lugar a 28 de Fevereiro, sábado, no Spart's Bar, na Praia de Carcavelos.

A Organização recomenda que se leve um objecto ou peça de roupa cor de laranja!

JSD Ferreira do Zêzere Interactiva

A JSD de Ferreira do Zêzere lançou no passado 14 de Fevereiro a sua página oficial: www.jsd.fzezere.com com o email associado geral@jsd.fzezere.com.

O site inclui um chat interactivo que terá um membro da CPS online aos sábados entre as 16 e as 17 horas, para comunicar com todos aqueles que a este “serviço” acedam e informar sobre a actividade da secção.

Mariano Rajoy saudou JSD e Durão Barroso

- 51 dirigentes e militantes representaram Portugal em Málaga

A JSD organizou uma viagem rumo ao Encontro Europeu da Juventude das NNGG (Juventude do Partido Popular Espanhol – congénere da JSD), em que participaram mais de 500 jovens provenientes de toda a Espanha e de outros países da Europa.

O grupo da JSD foi a mais expressiva delegação estrangeira, contando 51 elementos vindos de várias distritais: Área Oeste, Beja, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal e Viseu.

O início dos trabalhos do Encontro teve lugar no sábado, dia 21, no Palácio dos Congressos de Málaga com discursos de abertura dos dirigentes nacionais das NNGG e do PP espanhol, em que a JSD foi alvo do primeiro dos agradecimentos por parte do porta-voz do PP no Parlamento Europeu (que se dirigiu à JSD em português), e do Vice-Presidente do Governo espanhol. Durante a tarde formaram-se Grupos de Trabalho nos quais intervieram elementos da nossa delegação e onde se discutiram temas como o Emprego, a Educação, Novas Tecnologias, a Imigração e Integração, as relações entre os Estados



Unidos e a Europa e o Alargamento da UE – que teve como moderador o Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, Pedro Duarte.

As actividades de domingo começaram com a apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho e com a intervenção do companheiro Pedro Duarte. Na qualidade de Vice-Presidente do YEPP, Pedro Duarte focou as conclusões retiradas da discussão dos debates e evidenciou a vontade que JSD e o PSD têm em ver o PP ganhar as próximas eleições gerais em Espanha.

Este discurso encheu de orgulho a delegação portuguesa não apenas pelo conteúdo mas pelos fortes aplausos com que foi recebido pelos anfitriões

A derradeira intervenção política do Encontro coube a Mariano Rajoy que a iniciou com uma referência à JSD, a Durão Barroso e a Portugal.

A preparação desta deslocação esteve a cargo do Gabinete de Relações Internacionais da CPN/JSD e do seu Director, Ricardo Lopes.



Mondim de Basto debate descentralização



No passado dia 14 de Fevereiro as Comissões Políticas da JSD e PSD de Mondim de Basto promoveram uma conferência sobre a temática da implementação em concreto das Áreas Metropolitanas.

O Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto e um Vereador da Câmara Municipal de Celorico de Basto foram oradores neste debate, no qual participou igualmente o Vice-Presidente da Comissão Política Nacional da JSD César Teixeira.

Os três convidados tiveram oportunidade de expor os seus pontos de vista sobre a descentralização perante uma assistência particularmente interessada.

A sessão de perguntas e respostas incidiu não só sobre a própria lei mas também sobre a realidade específica da região.

Novo Site da JSD/Moscavide

Decorreu com sucesso e grande interactividade o lançamento do site da JSD de Moscavide. A acção decorreu a 19 de Fevereiro com uma animadora afluência de militantes e dirigentes, que agora já podem consultar os feitos da secção em www.jsdmoscavide.com
Recomendamos vivamente uma visita!

Jorge Nuno e José Luís Arnaut em jantar da JSD

Tendo chegado juntos a um jantar da JSD que teve lugar em Lisboa, o Secretário-Geral do Partido, José Luís Arnaut e o Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Jorge Nuno Sá foram alguns dos presentes neste convívio de militantes.

Na sua intervenção, que versou sobre as eleições europeia que se avizinham, o Ministro-Adjunto nomeou a abstenção como o “tradicional adversário” no Partido Social Democrata neste tipo de sufrágio.

Para o Secretário-Geral, é de capital importância a mobilização máxima e sobretudo a coesão entre todos os militantes bem como dentro da coligação, de forma a anular as estratégias divisionárias da oposição. O partido deve portanto lutar com todo o empenho, com confiança, mas sem esperar facilidades.

A naftalina de Sousa Franco

Por seu lado, o líder da JSD atacou duramente a lista do principal partido de oposição, em particular o seu cabeça de lista.

Jorge Nuno disse esperar que durante a campanha “tirem a



naftalina” a Sousa Franco, primeiro candidato já anunciado dos socialistas ao Parlamento Europeu. Aliás, o Presidente da CPN classificou o grupo de candidatos rosa de “lista de exilados políticos”, numa clara alusão ao desconforto que alguns dos candidatos causam à direcção sediada no Largo do Rato.

Não deixou o Deputado Jorge Nuno Sá de mencionar o facto do maior partido de oposição ser useiro em procurar os seus candidatos ao “fundo do baú”: desta feita foi o antigo Ministro das Finanças do fugitivo governo de Guterres, mas lembremos da designação de Mário Soares nas Europeias anteriores.

A JSD estará, como sempre, intensamente empenhada no acto eleitoral de 13 de Junho, prevendo-se uma massiva participação de dirigentes, militantes e simpatizantes nas várias acções de campanha, coordenada pelo Presidente Honorário da JSD, o eurodeputado Carlos Coelho.

JSD/São Pedro do Sul incentiva boas práticas ambientais

Em paralelo com uma conferência dedicada ao ambiente, já noticiada pelo Gabinete de Informação da CPN, a JSD de S. Pedro do Sul deu início a uma campanha de defesa do meio que nos rodeia.

O objectivo principal da iniciativa é o alerta para as boas práticas ambientais, tais como a separação de lixos domésticos e uso de ecopontos. Estes pequenos gestos, como bem lembra a JSD/SPS, têm de passar a ser hábito entre nós.

Na sequência destas preocupações, a Comissão Política local levará a efeito uma acção sobre “Despoluição do Rio Vouga”.





Em visita a Portugal, a convite de Durão Barroso, a Primeira-Ministra de São Tomé, Maria das Neves, foi recebida na residência oficial, em São Bento



O Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro quando anunciava medidas para garantia da segurança e tranquilidade no “Euro-2004”



O Ministro da Agricultura, Sevinate Pinto, com o Presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, e o Presidente da ViniPortugal, Vasco d’Avillez, na cerimónia de apresentação do “Porter 2- Estudo de estratégia e marketing-sector do vinho 2010”.

Editorial



Boa Viagem

Sousa Franco é o cabeça de lista do partido socialista ao Parlamento Europeu.

Sousa Franco foi o Ministro das Finanças Públicas do Sr. Eng. Guterres durante 4 anos.

Ficou na altura conhecido por se recusar a estar presente nas reuniões do Conselho de Ministros.

Dizia-se então que o Senhor Ministro não tinha paciência e não gostava de dar satisfações.

Sousa Franco tinha sempre um ar de quem sabia tudo e mesmo com a comunicação social assumia, muitas das vezes, uma atitude pouco esclarecedora e de poucas falas. Os mais incautos até podiam pensar que o Senhor Ministro sabia muito bem o que estava a fazer e que tratava as Finanças Públicas do País com o rigor e a competência que lhe eram legitimamente exigidos. Com a “desistência” do Governo do Senhor Engenheiro Guterres e descoberta a verdadeira e calamitosa situação das contas Públicas, concluímos que o ex-Ministro das Finanças, Sousa Franco, não fez o trabalho dele bem feito.

Infelizmente, bem antes pelo contrário.

Boa Viagem Doutor Sousa Franco.